

# Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quatro cenários para o IR ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Órgão de Justiça dos EUA pede explicação sobre a venda de caças ao Brasil ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma ..... 6

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma tributária ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação de milionários é cenário em estudo, diz Haddad ..... 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxar milionários é alternativa, diz Haddad ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A conexão entre a Reforma Tributária e a alimentação saudável no Brasil (Artigo) ..... 12

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

NIS: o que é e como consultar o número ..... 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Como os 60+ podem se proteger dos golpes do INSS ..... 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Crédito consignado: governo quer unir trabalhador e banco em plataforma com leilão por menor juro ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
SERVIDOR PÚBLICO

STJ define alcance de ações coletivas de sindicatos ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma na renda vai prever tributação a milionários ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira indica que pode cancelar sessões até o fim do mês ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Auditorias preparam múltis para nova taxa sobre lucro ..... 22

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

<b>Reforma Tributária e os benefícios fiscais: desafios da transição - DIREITO E TRIBUTOS</b>	<b>24</b>
.....	
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>GDF recupera milhões sonegados</b>	<b>25</b>
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Defesa da concorrência</b>	<b>26</b>
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Haddad: isenção de R\$ 5 mil no IR será "neutra"</b>	<b>28</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Renda fixa 'high grade', energia e ouro são proteção em meio a conflito, diz UBS</b>	<b>29</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Nova norma sobre créditos de ICMS pode reabrir guerra fiscal</b>	<b>31</b>
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Taxação de super-ricos poderia gerar arrecadação de R\$ 45 bi - MERCADO S/A</b>	<b>33</b>
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Emprego em alta impulsiona setores como têxtil e alimentos</b>	<b>35</b>
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Após recorde, vendas em agosto apontam para acomodação do varejo, indica IBGE</b>	<b>37</b>
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Inflação e desemprego voltam a subir nos EUA</b>	<b>38</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>Recurso empoçado soma R\$ 22,6 bi e pode "facilitar" meta</b>	<b>39</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
<b>OMC eleva previsão para o comércio de bens</b>	<b>41</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
<b>Inflação dos EUA atinge menor nível desde 2021</b>	<b>42</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
<b>Inflação desacelera a 3,5% em setembro na Argentina</b>	<b>43</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
<b>Brasil tem de manter autonomia ante risco autoritário do Brics (Editorial)</b>	<b>44</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
<b>"Fed precisa ser cauteloso ao decidir o tamanho dos cortes de juro"</b>	<b>46</b>

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Crescimento dos gastos com "bets" e apostas expõe complexidade nos hábitos de consumo ..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Gestora mede efeito na inflação de dinheiro em circulação ..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - G20 NO BRASIL  
ECONOMIA

Brasil tem vantagem, mas precisa de mais medidas para transição ..... 53

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA  
ECONOMIA

CNI aumenta projeção de crescimento do País ..... 55

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Companhias intensificam recompra de ações no Brasil ..... 57

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Galípolo busca se desvincular do governo do presidente Lula ..... 59

# Quatro cenários para o IR

» **RAPHAEL PATI**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, segue discutindo diversos cenários para a reforma do Imposto de Renda, o segundo passo da **reforma tributária**, como ele sempre costuma dizer.

Em breve conversa, ontem, com jornalistas, ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem quatro cenários sobre a mesa, incluindo a taxaço sobre os milionários, mas ainda não bateu o martelo sobre o assunto.

De acordo com o ministro, Lula faz questão que algumas medidas sejam incluídas no texto que será encaminhado ao Congresso Nacional, ainda sem previsão de quando isso deve acontecer. O primeiro critério defendido pelo presidente é a neutralidade da reforma, do ponto de vista da arrecadação.

"Ou seja, não pode ter perda de arrecadação e não pode ter ganho de arrecadação no sentido de buscar, pela reforma do Imposto de Renda, resolver um problema que está sendo resolvido de outra forma, que a questão do deficit dado pelo governo anterior", explicou o ministro.

O segundo fator é a análise da **Receita Federal**, que deve estudar, com base nos cenários apresentados pela equipe econômica, a reforma mais viável, na visão da pasta. Por fim, o ministro ressaltou que busca, com o projeto a ser apresentado, equiparar o nível do Brasil com o de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relação à tributação por pessoa física e jurídica.

"Então são esses os critérios que o presidente pediu para observar antes de definir qual vai ser o projeto de lei encaminhado, com o Congresso, que é quem vai, afinal de contas, deliberar. Então nós queremos mandar com esses três critérios atendidos", acrescentou Haddad.

Entre os cenários levados pelo ministro da Fazenda ao presidente da República, há a inclusão de uma nova taxa para as pessoas físicas (PF) que recebem acima de R\$ 1 milhão por ano. De acordo com fontes do ministério, essa proposta que está sendo avaliada estabelece uma alíquota entre 12% a 15% da renda para este público.

No Brasil, mais de 250 mil pessoas seriam diretamente impactadas pela medida.

Sobre o prazo para levar o texto ao Congresso, o chefe da equipe econômica não confirmou nenhuma data e revelou que não tem pressa para encaminhar o projeto. "Para aprovar, você precisa mandar um bom texto com análises técnicas bem feitas. Então, enquanto nós internamente não estivermos absolutamente convencidos da proposta, ela está em análise com o presidente acompanhando cada movimento nosso", afirmou.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6506/11-10-2024.html?all=1>

# Órgão de Justiça dos EUA pede explicação sobre a venda de caças ao Brasil

**RAYSSA MOTTA MARCELO GODOY FAUSTO MACEDO**

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) investiga o contrato fechado em 2014 pelo Brasil para a compra de 36 caças militares do modelo Gripen. Essa é considerada a maior aquisição militar da América Latina. O edital de US\$ 4,5 bilhões fez parte do chamado Projeto FX-2. A fabricante sueca de aeronaves Saab divulgou um **comunicado** ontem informando que foi intimada a prestar informações.

A empresa afirmou que vai cooperar com o Departamento de Justiça dos EUA e fornecer as informações requisitadas.

"Autoridades brasileiras e suecas já investigaram partes do processo de aquisição dos caças. As investigações foram encerradas sem indicar qualquer irregularidade por parte da Saab", diz o **comunicado**.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi denunciado pelo Ministério Público Federal por tráfico de influência na contratação.

Ele já havia deixado a Presidência quando o contrato foi assinado. O petista sempre negou ter participado das negociações contratuais. Quando a denúncia veio a público, a defesa alegou que a investigação tramitou "de forma oculta".

**ZELOTES.** Na denúncia, a Procuradoria da República no Distrito Federal afirmou que a compra das aeronaves e a prorrogação de incentivos fiscais a montadoras foram autorizadas em troca de R\$ 2,5 milhões supostamente repassados a Luis Cláudio, filho de Lula.

O processo foi aberto em 2016, a partir das investigações da **Operação Zelotes**, mas não chegou a ter o mérito julgado.

Decisões de 2022 e 2023 do ministro Ricardo Lewandowski, antes de sua aposentadoria no Supremo Tribunal Federal (STF), trancaram a ação.

À época, ele disse que a compra das aeronaves ocorreu dentro dos parâmetros de legalidade e apontou "graves vícios" nas investigações.

Hoje, Lewandowski é ministro da Justiça de Lula.

A intimação do Departamento de Justiça americano foi recebida pela Saab North America, Inc., subsidiária da Saab nos Estados Unidos.

"O DOJ solicitou informações sobre a aquisição de 36 Gripen E/F pelo governo brasileiro para suas forças aéreas. O contrato foi assinado em 2014", informou a fabricante sueca. "A aquisição de caças do Brasil (o programa FX-2) ocorreu entre 2008 e 2014 e a Saab venceu o contrato. A Saab pretende cumprir a solicitação para fornecer informações e cooperar com o DOJ."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma

*Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Gabriel Shinohara De Brasília*

Base tecnológica da **reforma tributária**, o "split payment" começa a ser discutido na próxima semana entre governo e setor privado. O diálogo deverá ficar concentrado em meios de pagamento e empresas de tecnologia, disse ao Valor o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** Daniel Loria.

"Vamos priorizar entidades de abrangência nacional", disse. "Um grande interlocutor será a CNF [Confederação Nacional das Instituições Financeiras], que está com um grupo de trabalho avançado internamente, representa muita gente do setor de pagamentos."

O split payment é a forma como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criados na **reforma tributária**, serão arrecadados. A grande inovação é o recolhimento dos **impostos**, a apuração de créditos tributários e a distribuição das receitas entre União, Estados e municípios de forma automática.

A expectativa do governo é reduzir fortemente sonegação e inadimplência. Estima-se que o ganho com aumento da conformidade será de R\$ 150 bilhões ao ano.

Loria coordena o Grupo de Trabalho 20 (GT 20), com representantes dos Fiscos de União, Estados e municípios, que construirá o split. Na primeira reunião, realizada na quarta-feira (10), foram decididos critérios para a participação do setor privado no debate.

"O objetivo é combinarmos as forças da administração tributária dos três entes federativos com a força do Banco Central, que é o regulador financeiro, com a força do setor privado, para juntos desenvolvermos um sistema de split payment que seja viável, que funcione bem, que atinja nossos objetivos."

O BC participa das discussões com dois papéis: como regulador do mercado financeiro e como operador do Pix. "Também vão lançar o Drex em algum momento, então tudo isso tem de que ser feito pensando no split", disse.

O GT pretende também fazer forte interlocução com empresas de tecnologia. O split brasileiro é experiência inédita no mundo, que pode ser eventualmente exportada para países que utilizam o Imposto sobre Valor Agregado.

O Serpro, estatal de processamento de dados, ainda não tem um papel definido. No momento, auxilia a **Receita Federal** no desenvolvimento de sistemas operacionais, informou Loria. "Mas ele vai ser chamado para conversar."

Uma questão que será tratada no GT é quem arcará com o custo de desenvolvimento do split. Ainda não há definição a respeito. É uma despesa que vale a pena ser realizada, se o resultado for a redução da sonegação em R\$ 150 bilhões ao ano, ponderou.

Como disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, o tempo é o maior desafio para a **reforma tributária** no momento. Um ponto de dúvida é se o split estará pronto para operar em 1º de janeiro de 2026, quando se inicia a fase de testes do novo sistema tributário.

"No mundo ideal, deveríamos ter algum protótipo do split rodando em 2026, para começar a colocar o pé na água e sentir esse funcionamento", disse. "Temos um ano, mais ou menos, até lá, e acho que dá para termos algo assim."

Discute-se se o split payment será desenvolvido por etapas ou em paralelo. O sistema tem três versões, e poderia começar pela menos complicada tecnologicamente: o modelo simplificado.

Nesse modelo, que será oferecido de forma opcional para grupos de varejo, o imposto não será calculado a cada venda, e sim com base num percentual das operações. Numa segunda etapa, viria o modelo inteligente off-line, no qual os créditos e débitos são apurados com uma defasagem de até três dias úteis. Apenas na etapa final o split seria aplicado ao modelo superinteligente, no qual a liquidação financeira do pagamento já é feita considerando créditos utilizados pelo fornecedor.

Questionado, o Banco Central informou que, "a convite do Ministério da Fazenda, vem participando das reuniões com as entidades de mercado que tratam do

desenho do split payment".

"No mundo ideal, deveríamos ter algum protótipo do split rodando em 2026"

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1)**

# Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma tributária

Por Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Gabriel Shinohara - De Brasília

Base tecnológica da **reforma tributária**, o "split payment" começa a ser discutido na próxima semana entre governo e setor privado. O diálogo deverá ficar concentrado em meios de pagamento e empresas de tecnologia, disse ao Valor o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** Daniel Loria.

"Vamos priorizar entidades de abrangência nacional", disse. "Um grande interlocutor será a CNF [Confederação Nacional das Instituições Financeiras], que está com um grupo de trabalho avançado internamente, representa muita gente do setor de pagamentos."

O split payment é a forma como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criados na **reforma tributária**, serão arrecadados. A grande inovação é o recolhimento dos **impostos**, a apuração de créditos tributários e a distribuição das receitas entre União, Estados e municípios de forma automática.

No mundo ideal, deveríamos ter algum protótipo do split rodando em 2026"

A expectativa do governo é reduzir fortemente sonegação e inadimplência. Estima-se que o ganho com aumento da conformidade será de R\$ 150 bilhões ao ano.

Loria coordena o Grupo de Trabalho 20 (GT 20), com representantes dos Fiscos de União, Estados e municípios, que construirá o split. Na primeira reunião, realizada na quarta-feira (10), foram decididos critérios para a participação do setor privado no debate.

"O objetivo é combinarmos as forças da administração tributária dos três entes federativos com a força do Banco Central, que é o regulador financeiro, com a força do setor privado, para juntos desenvolvermos um sistema de split payment que seja viável, que funcione bem, que atinja nossos objetivos."

O BC participa das discussões com dois papéis: como regulador do mercado financeiro e como operador do Pix. "Também vão lançar o Drex em algum momento,

então tudo isso tem de que ser feito pensando no split", disse.

O GT pretende também fazer forte interlocução com empresas de tecnologia. O split brasileiro é experiência inédita no mundo, que pode ser eventualmente exportada para países que utilizam o Imposto sobre Valor Agregado.

O Serpro, estatal de processamento de dados, ainda não tem um papel definido. No momento, auxilia a **Receita Federal** no desenvolvimento de sistemas operacionais, informou Loria. "Mas ele vai ser chamado para conversar."

Uma questão que será tratada no GT é quem arcará com o custo de desenvolvimento do split. Ainda não há definição a respeito. É uma despesa que vale a pena ser realizada, se o resultado for a redução da sonegação em R\$ 150 bilhões ao ano, ponderou.

Como disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, o tempo é o maior desafio para a **reforma tributária** no momento. Um ponto de dúvida é se o split estará pronto para operar em 1º de janeiro de 2026, quando se inicia a fase de testes do novo sistema tributário.

"No mundo ideal, deveríamos ter algum protótipo do split rodando em 2026, para começar a colocar o pé na água e sentir esse funcionamento", disse. "Temos um ano, mais ou menos, até lá, e acho que dá para termos algo assim."

Discute-se se o split payment será desenvolvido por etapas ou em paralelo. O sistema tem três versões, e poderia começar pela menos complicada tecnologicamente: o modelo simplificado.

Nesse modelo, que será oferecido de forma opcional para grupos de varejo, o imposto não será calculado a cada venda, e sim com base num percentual das operações. Numa segunda etapa, viria o modelo inteligente off-line, no qual os créditos e débitos são apurados com uma defasagem de até três dias úteis. Apenas na etapa final o split seria aplicado ao modelo superinteligente, no qual a liquidação financeira do pagamento já é feita considerando créditos utilizados pelo fornecedor.

Questionado, o Banco Central informou que, "a convite do Ministério da Fazenda, vem participando das reuniões com as entidades de mercado que tratam do desenho do split payment".

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/10/11/governo-abre-debate-sobre-a-base-tecnologica-da-reforma-tributaria.ghtml>**

# Taxação de milionários é cenário em estudo, diz Haddad

**Estevão Taiar e Gabriela Pereira De Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a taxaço de pessoas físicas que ganham mais de R\$ 1 milhão anualmente é apenas um dos quatro cenários com os quais o governo federal trabalha para isentar do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

"Apresentamos quatro cenários para o presidente [Luiz Inácio Lula da Silva]", disse ontem a jornalistas na saída da sede da pasta, em Brasília, ao ser questionado sobre o assunto.

De acordo com o ministro, Lula vem "avaliando e pedindo informações" a respeito do tema para a **Receita Federal**.

"Não tem decisão ainda", disse, garantindo que não há "nenhuma pressão sobre o assunto" e que, "enquanto não tivermos internamente absolutamente convencidos da proposta, o presidente seguirá avaliando".

Conforme publicado na quarta-feira pelo jornal "Folha de S.Paulo", o governo federal estuda a adoção de um imposto mínimo para pessoas físicas que ganham mais de R\$ 1 milhão anualmente, como forma de compensar a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. A isenção foi prometida por Lula durante a campanha eleitoral de 2022.

Haddad garantiu que a proposta eventualmente adotada será "neutra do ponto de vista de arrecadação", sem elevar a carga tributária. Caso haja "algum ganho de renda" para a União, ele será usado "para compensar alguma medida de desoneração".

Outra diretriz dos cenários, segundo o ministro, é a aproximação com os padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Se o governo federal optar por um dos cenários, será enviado um projeto de lei para o Congresso Nacional, junto com "outros textos" para tratar da tributação sobre a renda.

"Há uma série de questões particulares, do sistema financeiro, que terão um tratamento à parte, que inclusive já foram anunciadas e ainda não

encaminhadas", disse. "Têm questões menos controversas, já discutidas com o mercado, que serão encaminhadas também."

O ministro ainda minimizou tensões observadas no mercado desde quarta-feira por causa da possibilidade da taxaço de quem ganha mais de R\$ 1 milhão. Segundo ele, o mercado "reage de acordo com informação que recebe" e "quando tiver clareza [de todas as propostas] vai reagir corretamente".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1>

# Taxar milionários é alternativa, diz Haddad

BRASÍLIA

A taxação de milionários é uma alternativa estudada pelo governo federal para compensar a isenção do imposto de renda (IR) para até R\$ 5 mil, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

De acordo com o ministro, a proposta é se aproximar do padrão aplicado entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Atualmente, a isenção é aplicada apenas para pessoas que tenham renda equivalente a dois salários mínimos - equivalente a R\$ 2.824 por mês.

A reforma do IR é uma das principais pautas na agenda econômica do governo Lula. Haddad, contudo, afirmou que não é pressionado sobre a entrega do projeto e que o Presidente avalia cenários.

O argumento do ministro é que a preferência é por "usar o tempo da melhor forma possível para aprovar [os textos]", de forma que a ideia não e agilizar o envio, mas sim "mandar um bom texto".

Em comentários feitos na portaria do Ministério da Fazenda, Haddad afirmou que os estudos sobre os quatro cenários analisados foram enviados ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e são acompanhados também pela **Receita Federal**.

Além disso, o ministro da Fazenda pontuou que a aplicação do projeto deve atender a alguns critérios.

Um deles, segundo Haddad, é que ela seja neutra do ponto de vista arrecadatório, ou seja, não pode gerar nem perda e nem ganho de arrecadação, da mesma forma como está sendo feita a **reforma tributária** sobre o consumo, por exemplo.

# A conexão entre a Reforma Tributária e a alimentação saudável no Brasil (Artigo)

» **PAULA JOHNS** Socióloga, cofundadora e diretora executiva da ACT Promoção da Saúde

Grandes nomes da sociedade civil, governos, entidades públicas e privadas têm sentado à mesa nos últimos tempos para discutir como podemos erradicar a fome no mundo e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1 e 2), estabelecidos pelas Nações Unidas.

De acordo com o último relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), há um aumento da insegurança alimentar no mundo, com um retrocesso nos percentuais nas diversas regiões, em especial nos países africanos e países em desenvolvimento, como na América Latina e Ásia. São 780 milhões de pessoas que passam fome todos os dias no mundo. Os dados do Brasil, em 2023, indicam que ainda estamos em uma situação pior do que há uma década em insegurança alimentar no patamar médio e grave, apesar da recuperação nos últimos dois anos.

Importante lembrar que, para além da agenda internacional, o Brasil está neste momento discutindo sua **Reforma Tributária**, e essa é uma oportunidade única para cruzar esse debate do que está acontecendo na agenda mundial com a agenda Brasil para subsidiarmos os tomadores de decisão sobre como avançar no combate à fome e garantir uma alimentação de qualidade e saudável para toda a população.

O sistema tributário nacional foi definido nos anos de 1960, em um contexto totalmente diferente da realidade atual. Recentemente, assisti ao documentário Tax Wars, uma analogia ao filme Star Wars, que tem dados muito impressionantes com relação ao sistema tributário global, quem paga imposto, quem não paga e manobras fiscais que fazem com que essa arquitetura financeira mundial fique ainda mais complexa e que o desafio de enfrentar as desigualdades, seja dentro dos países ou entre países, fique quase intransponível se não dermos conta de mexer com o sistema tributário do mundo.

Por aqui, uma das discussões muito importantes sobre a mudança estrutural no nosso sistema de tributação sobre bens e serviços se entrelaça com a discussão

sobre a disponibilidade e o acesso a uma alimentação saudável para toda a população.

Temos a oportunidade de uma articulação da política tributária com a política de promoção de um sistema alimentar mais saudável, sustentável e inclusivo para o futuro do nosso país, pensando da produção até o consumo.

Ao dar um tratamento diferenciado para os alimentos que estão no Guia Alimentar da população brasileira, do Ministério da Saúde - os in natura e minimamente processados, que ficariam isentos de **impostos** ou pagariam menos **impostos**, em contraponto aos alimentos ultraprocessados, que teriam a incidência do imposto seletivo adicional -, poderemos desestimular o consumo desses últimos e promover uma justiça tributária até mesmo entre os produtores, já que 77% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar e pequenos produtores, que são responsáveis pela produção dessa alimentação saudável.

Um estudo do Banco Mundial coloca essa questão no centro da discussão ao demonstrar que as doenças não transmissíveis são responsáveis por mais de 70% das mortes globais, fortemente associadas ao risco alimentar. Outro estudo recente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) aponta que o custo para lidar com problemas da má nutrição (subnutrição, obesidade, sobrepeso, doenças do coração, doenças renais, diabetes) na América Latina e Caribe é de 6,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da região. Por outro lado, fornecer uma alimentação saudável custaria apenas 0,5% do **PIB**.

Como pode-se observar, há no Brasil uma série de distorções que vão do campo da produção até o consumo, até efetivamente o alimento chegar ao prato das pessoas. Mas estou convencida de que este é o momento para avaliarmos os caminhos possíveis para enfrentarmos o problema da fome no país e avançarmos no convencimento das nossas autoridades para uma reforma que seja 3 S para o Brasil: solidária, sustentável e saudável.

» **PAULA JOHNS** Socióloga, cofundadora e diretora executiva da ACT Promoção da Saúde

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/65>

[06/11-10-2024.html?all=1](#)

# NIS: o que é e como consultar o número

## Por g1

NIS é a sigla para Número de Identificação Social. O documento é uma sequência de 11 dígitos disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

Esse cadastro é necessário tanto para quem trabalha com carteira assinada como para quem quer ter acesso a programas sociais, como o Bolsa Família.

Os números do NIS e do PIS (Programa de Integração Social) são os mesmos. A diferença está na origem deles: enquanto o NIS é gerado no momento em que alguém passa a usar benefícios sociais, o PIS é gerado quando a carteira de trabalho é assinada pela primeira vez.

O NIS pode ser consultado tanto de forma física quanto digital em diversos canais do governo. Veja abaixo.

## LEIA MAIS

**Bolsa Família:** quem tem direito e quais os critérios para receber o benefício  
**Tarifa Social:** saiba se você pode ter desconto na conta de luz  
**Cadastro Único:** veja como se inscrever para ter acesso a benefícios sociais  
**Seu CPF tem pendências?** Veja como fazer consulta e deixá-lo em situação regular

## Carteira de trabalho

Na CTPS digital, é possível conferir o número do NIS ou PIS dentro de um dos contratos registrados. O aplicativo da CTPS está disponível para download na versão Android ou versão iOS (Apple).

Já na carteira de trabalho em papel, o número pode estar anotado como PIS nas últimas páginas, em um cartão informativo da Caixa Econômica Federal.

## Cartão Cidadão

No Cartão Cidadão, emitido pela Caixa Econômica Federal para acesso a benefícios sociais e trabalhistas, o número do NIS está identificado logo abaixo do nome do beneficiário e acima da data de emissão do cartão. É uma sequência de 11 dígitos, que está antes do hífen.

## Extrato do FGTS

Assim como na CTPS digital, é possível conferir o

número do PIS no extrato do FGTS dentro de um dos contratos registrados.

O acesso ao extrato é possível pelo aplicativo, disponível para download na versão Android ou versão iOS, em uma agência ou pelo site da Caixa ou pelo serviço Caixa Cidadão, no telefone 0800 726 0207.

O atendimento eletrônico está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. O atendimento com atendente ocorre de segunda a sexta, das 8h às 21h, e aos sábados, das 10h às 16h.

## Meu INSS

Tanto o site Meu INSS como o aplicativo, disponível para download para Android e iOS (Apple), também permitem a consulta do NIS. No entanto, é necessário fazer o cadastro ou usar os dados de acesso para o portal gov.br, que permite o uso de serviços digitais do governo federal.

Neles, o número do NIS aparece como NIT. A consulta também pode ser feita pelo telefone da Previdência Social (135). O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

## CadÚnico

O Cadastro Único é mais uma alternativa para acessar o número NIS. É possível encontrá-lo após preencher informações pessoais no site CadÚnico ou pelo aplicativo, disponível para download para Android e iOS (Apple).

## Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/11/nis-o-que-e-e-como-consultar-o-numero.ghml>

# Como os 60+ podem se proteger dos golpes do INSS

Pesquisa realizada pela fintech Meutudo aponta que golpes relacionados ao **INSS** têm afetado, em grande parte, aposentados e beneficiários acima de 60 anos. O estudo envolveu 478 participantes, sendo 53,6% mulheres e 46,4% homens. Metade dos entrevistados têm mais de 60 anos, enquanto 27% estão na faixa etária entre 46 e 60 anos.

A pesquisa destacou que 22,6% dos participantes já foram vítimas ou conhecem alguém que sofreu algum tipo de golpe financeiro relacionado ao **INSS**. Os aposentados foram as principais vítimas, representando 55% dos casos, seguidos por beneficiários do BPC/LOAS (18%) e pensão por morte (17%).

Os tipos de golpes também foram variados: 55% das fraudes relatadas foram de diferentes naturezas, enquanto 12% envolviam empréstimos e cartões consignados falsos e 10% à contratação de empréstimos sem autorização.

Outro dado relevante é que, embora 53,3% dos entrevistados afirmem conhecer os canais oficiais do **INSS**, 46,7% ainda desconhecem esses meios de comunicação, o que pode dificultar o acesso a informações e a proteção contra fraudes.

A pesquisa destaca a vulnerabilidade dos idosos diante de golpes financeiros e ressalta o compromisso das instituições com a transparência e orientação do público mais velho. A conscientização sobre fraudes é ainda mais importante para garantir a segurança financeira e o bem-estar deste grupo, afirma Alexandre Vinícius, líder do produto **INSS** na Meutudo.

O especialista destaca dicas para o público idoso se proteger de golpes financeiros:

**Desconfie de contatos inesperados:** Nunca forneça informações pessoais ou financeiras a quem ligar ou enviar mensagens dizendo ser do **INSS**. Sempre verifique a autenticidade do contato através dos canais oficiais.

**Evite decisões rápidas:** Golpistas costumam criar um senso de urgência. Se alguém estiver pressionando você a tomar decisões rápidas sobre benefícios, pare e pense. Consulte familiares ou amigos antes de agir.

Mantenha-se informado: Conheça seus direitos e os procedimentos do **INSS**. Informações corretas podem ser encontradas no site oficial do **INSS** ou em centros de atendimento. Quanto mais informado estiver, menos suscetível a golpes será.

(\*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/como-os-60-podem-se-protger-dos-golpes-do-inss,8d944f1ca88f3f2942928951b3a6a208dnpd8g7q.html>

# Crédito consignado: governo quer unir trabalhador e banco em plataforma com leilão por menor juro

BRASÍLIA - O governo realiza os ajustes finais em uma plataforma que pretende unir, de um lado, trabalhadores da iniciativa privada interessados em contratar crédito e, de outro, instituições financeiras aptas a oferecer esses valores. Essa será a base tecnológica do novo empréstimo consignado privado, que os ministérios da Fazenda e do Trabalho devem propor ao Congresso Nacional ainda em 2024.

Estavamos desenvolvendo com o Serpro e a Dataprev toda a estrutura de tecnologia da informação. Agora está pronto e deve sair em breve, neste ano, afirmou ao Estadão o secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Pinto.

O sistema seguirá os moldes do Desenrola, o programa de renegociação de dívidas que vigorou até maio. A ideia é que os bancos compitam pela contratação do crédito, numa espécie de leilão pelos menores juros e melhores prazos e condições.

O trabalhador vai levantar a mão, nessa plataforma, e dizer: Quero um consignado. Com isso, ele dá autorização para os bancos olharem os dados dentro do **INSS**, e aí ele escolhe a instituição que fizer a melhor oferta, explica Pinto.

Hoje, o consignado privado fica bem atrás dos consignados voltados ao setor público e aos aposentados do **INSS**. O diagnóstico da equipe econômica é de que dois fatores brecam esse tipo de concessão.

O primeiro problema é que precisa de um convênio entre banco e empregador, o que exclui praticamente todas as pequenas e médias empresas. E o segundo é que, quando o trabalhador sai ou perde o emprego, ele perde o vínculo (que possibilita o crédito), explica Pinto.

Com a nova plataforma, que estará interligada ao e-Social e ao **FGTS** Digital, a contratação do empréstimo será diretamente com o banco, sem necessidade de convênio com a empresa. Na hora que o empregador for pagar os encargos trabalhistas, ele já terá de deduzir a parcela do empréstimo, e isso vai direto para o banco, diz o secretário.

Caso o funcionário mude de emprego, a dívida continuará ativa e poderá ser redirecionada para o novo vínculo. Além disso, no caso de demissão, parte das verbas rescisórias poderá ser dada como garantia. Atualmente, o limite é de 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e 100% da multa, mas há discussões dentro do governo para que esse lastro seja elevado.

Além das pequenas empresas, o objetivo é levar o consignado a públicos que hoje contam com oferta limitada ou inexistente dessa modalidade, como por exemplo os trabalhadores domésticos. Esse (trabalhador doméstico) é um público importante. Pessoas que se financiam em crediários supercaros do varejo ou no rotativo do cartão de crédito e que vão poder pegar esse novo tipo de financiamento, afirma.

A ideia é que os trabalhadores possam comprometer até 35% de sua remuneração bruta mensal com esse crédito, mas o percentual ainda pode sofrer ajustes, afirma Pinto. Questionado sobre a taxa de juros, o secretário diz que a média será inevitavelmente superior à observada no consignado do **INSS** e dos **servidores públicos**, uma vez que o risco será maior.

Sobre a possibilidade de definição de um teto para essa taxa, Pinto diz que a decisão sobre estabelecer ou não um limite e qual será ele ficará a cargo do Conselho Curador do **FGTS**, como já previsto em legislação vigente atualmente.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, embora os bancos já tenham se manifestado de forma contrária, segue de pé no Ministério do Trabalho a possibilidade de haver um teto de juros no novo desenho do consignado para trabalhadores do setor privado.

A pasta também defende que o novo consignado seja atrelado ao fim do chamado **saque-aniversário** do **FGTS**, modalidade em que os trabalhadores sacam anualmente uma parcela do fundo. Os bancos criaram um crédito em cima desse saque, que hoje movimenta bilhões de reais - e, por isso, se opõem à extinção desse produto. O Ministério do Trabalho alega, porém, que as retiradas anuais ameaçam a sustentabilidade

do **FGTS**.

Estavamos desenvolvendo com o Serpro e a Dataprev toda a estrutura de tecnologia da informação. Agora está pronto e deve sair em breve, neste ano, afirmou ao Estadão o secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Pinto.

O sistema seguirá os moldes do Desenrola, o programa de renegociação de dívidas que vigorou até maio. A ideia é que os bancos compitam pela contratação do crédito, numa espécie de leilão pelos menores juros e melhores prazos e condições.

O trabalhador vai levantar a mão, nessa plataforma, e dizer: Quero um consignado. Com isso, ele dá autorização para os bancos olharem os dados dentro do **INSS**, e aí ele escolhe a instituição que fizer a melhor oferta, explica Pinto.

Hoje, o consignado privado fica bem atrás dos consignados voltados ao setor público e aos aposentados do **INSS**. O diagnóstico da equipe econômica é de que dois fatores brecam esse tipo de concessão.

O primeiro problema é que precisa de um convênio entre banco e empregador, o que exclui praticamente todas as pequenas e médias empresas. E o segundo é que, quando o trabalhador sai ou perde o emprego, ele perde o vínculo (que possibilita o crédito), explica Pinto.

Com a nova plataforma, que estará interligada ao e-Social e ao **FGTS** Digital, a contratação do empréstimo será diretamente com o banco, sem necessidade de convênio com a empresa. Na hora que o empregador for pagar os encargos trabalhistas, ele já terá de deduzir a parcela do empréstimo, e isso vai direto para o banco, diz o secretário.

Caso o funcionário mude de emprego, a dívida continuará ativa e poderá ser redirecionada para o novo vínculo. Além disso, no caso de demissão, parte das verbas rescisórias poderá ser dada como garantia. Atualmente, o limite é de 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e 100% da multa, mas há discussões dentro do governo para que esse lastro seja elevado.

Além das pequenas empresas, o objetivo é levar o consignado a públicos que hoje contam com oferta limitada ou inexistente dessa modalidade, como por exemplo os trabalhadores domésticos. Esse (trabalhador doméstico) é um público importante. Pessoas que se financiam em crediários supercaros do varejo ou no rotativo do cartão de crédito e que vão poder pegar esse novo tipo de financiamento, afirma.

A ideia é que os trabalhadores possam comprometer até 35% de sua remuneração bruta mensal com esse crédito, mas o percentual ainda pode sofrer ajustes, afirma Pinto. Questionado sobre a taxa de juros, o secretário diz que a média será inevitavelmente superior à observada no consignado do **INSS** e dos **servidores públicos**, uma vez que o risco será maior.

Sobre a possibilidade de definição de um teto para essa taxa, Pinto diz que a decisão sobre estabelecer ou não um limite e qual será ele ficará a cargo do Conselho Curador do **FGTS**, como já previsto em legislação vigente atualmente.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, embora os bancos já tenham se manifestado de forma contrária, segue de pé no Ministério do Trabalho a possibilidade de haver um teto de juros no novo desenho do consignado para trabalhadores do setor privado.

A pasta também defende que o novo consignado seja atrelado ao fim do chamado **saque-aniversário** do **FGTS**, modalidade em que os trabalhadores sacam anualmente uma parcela do fundo. Os bancos criaram um crédito em cima desse saque, que hoje movimenta bilhões de reais - e, por isso, se opõem à extinção desse produto. O Ministério do Trabalho alega, porém, que as retiradas anuais ameaçam a sustentabilidade do **FGTS**.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/credito-consignado-governo-quer-unir-trabalhador-e-banco-em-plataforma-com-leilao-por-menor-juro,a3fd9eebdff1a7c15f71c4b065aa7b56rdd7eydp.html>

# STJ define alcance de ações coletivas de sindicatos

**Luiza Calegari De São Paulo**

As decisões judiciais em ações coletivas movidas por sindicatos estaduais de servidores só beneficiam os integrantes da categoria profissional da base territorial abrangida pela entidade. O entendimento foi adotado pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de recursos repetitivos que orientará as varas e tribunais do país.

Nos processos, servidores federais e entidades de classe pediam que, nesses casos, as decisões beneficiassem toda a categoria - ou seja, tivessem abrangência nacional.

Entre as partes interessadas, estavam a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Fenadsef) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Prevaleceu no julgamento, o voto do relator do caso, o ministro Afrânio Vilela. Para ele, só as decisões obtidas por entidades com atuação nacional podem ter efeitos para uma categoria inteira.

Na esfera trabalhista, segundo especialistas, precedentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) destoam desse entendimento.

Foi fixada a seguinte tese: "A eficácia do título judicial resultante da ação coletiva promovida por sindicato de âmbito estadual está restrita aos integrantes da categoria profissional, filiados ou não, com domicílio necessário - conceituado no artigo 76, parágrafo único, do Código Civil - na base territorial da entidade sindical autora e aqueles em exercício provisório em missão em outra localidade".

De acordo com Paulo Peressin, sócio da área trabalhista do Lefosse, a decisão está alinhada com o princípio da territorialidade sindical. "Parece acertada nesse aspecto, porque impede que sindicatos de âmbito territorial distintos (dois municípios distantes um do outro, por exemplo) venham a discutir situações fáticas que extrapolem a base de sua respectiva representação", diz.

Para Rafaela Sionek, sócia da área trabalhista do BBL Advogados, o voto vencedor respeita o princípio da

unicidade sindical e a previsão constitucional sobre a função dos sindicatos. "Permitir que o título executivo beneficie trabalhadores que se encontram em outros Estados ou bases territoriais distintas, ainda que da mesma categoria profissional, sem sombra de dúvidas desrespeitaria o princípio da unicidade sindical", afirma.

Essa limitação, diz advogada trabalhista Rebecca Loureiro, do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, preserva tanto a representatividade quanto a autonomia das entidades sindicais. "No entanto, propicia a proliferação de ações em bases territoriais distintas e a conseqüente possibilidade de prolações de decisões conflitantes sobre o mesmo objeto, gerando, assim, insegurança jurídica, tanto para empregadores quanto para trabalhadores", pondera.

O caso foi julgado no STJ porque a Justiça comum tem competência para arbitrar os conflitos entre servidores e órgãos públicos.

A Justiça do Trabalho, onde tramita a maioria das ações coletivas propostas por sindicatos, ainda não tem precedente qualificado sobre o tema, conforme destaca Paulo Peressin.

No TST, as turmas divergem sobre a questão. A 3ª Turma, por exemplo, analisou recurso de um sindicato combaseterritorialemosasco(SP)e região e, ao dar provimento às demandas dos trabalhadores contra uma rede de supermercados, estendeu os efeitos da decisão às filiais da rede que estavam fora da abrangência territorial da entidade (RR 1000213-07.2015.5.02.0511).

A 5ª Turma decidiu limitar os efeitos de uma decisão à base territorial do sindicato. Mas justificou que era esse o pedido expresso na inicial. Em seu voto, o relator, ministro Breno Medeiros destacou que a jurisprudência do TST é no sentido de que as decisões em ações coletivas têm efeito erga omnes, ou seja, para todos (RR 2018-29.2014).

5.09.0001). Há também precedente nesse sentido na 4ª Turma (RR 16 97-59.2012.5.03.0056).

Outras decisões, no entanto, mais recentes, proferidas neste ano, estão em consonância com a tese agora firmada pelo STJ, aponta Eliane Ribeiro Gago,

advogada trabalhista do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra.

"Embora a decisão do STJ verse sobre pleitos de **servidores públicos**, seu efeito reforça o entendimento do TST em relação aos trabalhadores regidos pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e da atuação dos sindicatos locais", diz.

A 1ª Turma do TST apontou, em acórdão deste ano, que "o alcance do título executivo formado em ação coletiva ajuizada por sindicato deve ser limitado à respectiva base territorial. Assim, empregado que presta serviços em outra localidade não possui legitimidade para promover a execução do título executivo formado naquele processo" (RR 0000044-46.2023.5.23.0002).

Em junho, a 2ª Turma seguiu o mesmo caminho. Manteve decisão da segunda instância que entendeu que um bancário não podia executar individualmente o título executivo coletivo, em razão de ser integrante de sindicato de base territorial distinta (AIRR 0000506-94.2022.5.21.0001).

"Decisão está alinhada com o princípio da territorialidade sindical" Paulo Peressin

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010>

# Reforma na renda vai prever tributação a milionários

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou ontem que apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva quatro cenários com propostas para a reforma da renda, que incluem a tributação mínima para milionários.

Ao deixar a sede do ministério, o ministro disse que os textos serão avaliados por Lula, que exige uma reforma neutra do ponto de vista arrecadatório.

Quatro cenários em estudo foram concebidos com a preocupação de cumprir a promessa de campanha do presidente Lula de isentar o Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil.

"Há alguns critérios que o presidente faz questão que a medida tenha", disse.

Além da neutralidade de arrecadação, outro objetivo da medida é seguir os passos dados na **reforma tributária** sobre o consumo, também equilibrada sob esta mesma ótica, disse o ministro.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Lira indica que pode cancelar sessões até o fim do mês

**Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília**

Insatisfeito com a retirada do regime de urgência da regulamentação da **reforma tributária**, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), indicou que não chamará sessão na próxima semana e, provavelmente, nenhuma até a realização do segundo turno das eleições. Na quarta-feira (9), ele já deixou de convocar a sessão que estava prevista.

Segundo apurou o Valor, Lira ficou irritado com a decisão do governo de retirar a urgência constitucional do projeto principal da regulamentação da reforma - que tramita no Senado -, por entender que a iniciativa impõe dificuldades aos seus planos de concluir a aprovação da proposta em seu mandato. Ele deixa o cargo em fevereiro de 2025, na retomada dos trabalhos após o recesso parlamentar.

Desde que o texto avançou na Câmara, o mais cotado para relatar a regulamentação da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu a retirada da urgência sob a alegação de que os prazos não poderiam ser cumpridos em função do esvaziamento

do Legislativo durante o período eleitoral. A tese sempre foi contestada por Lira, que argumentava que a proposta avançou rapidamente na Câmara. O impasse paralisou o andamento da matéria. Braga só foi designado relator pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na terça-feira (8), após o governo retirar a urgência.

De acordo com aliados, o alagoano cobra que agora o governo dê o mesmo tratamento para outros três projetos do Executivo que passam a trancar a pauta da Câmara: a ampliação do vale-gás - cuja fonte de receita ainda precisa ser esclarecida pelo governo -, uma proposta sobre o conteúdo local na produção e exploração de petróleo; o aumento da CSLL. Os dois primeiros passam a trancar a pauta do plenário da Casa a partir deste sábado e o outro, na quinta-feira (17).

Outro motivo para que os trabalhos da Casa fiquem paralisados nas próximas semanas, tem dito, são as eleições em capitais que continuariam a exigir a atenção cios parlamentares, principalmente a de São Paulo.

Enquanto aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) querem estar mobilizados na capital paulista para tentar viabilizar uma eventual virada de Guilherme Boulos (Psol) sobre o prefeito Ricardo Nunes (MDB), opositores do Palácio do Planalto buscam minar as possibilidades de o psolista vencer a disputa.

Nos bastidores, contudo, adversários de Lira afirmam que pode existir outra razão para um Congresso esvaziado nas próximas semanas: desde que o alagoano anunciou apoio ao líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB), para sucedê-lo, não houve mais reunião com todos os líderes partidários. Com isso, Lira evitou encontros com os líderes Elmar Nascimento (União-BA) e Antonio Brito (PSD-BA), que eram seus aliados e agora viraram adversários.

Até agosto, Elmar era considerado o favorito de Lira para sucedê-lo, mas a desistência de Marcos Pereira (Republicanos-SP) colocou Motta na corrida. O presidente da Casa decidiu, então abraçar a candidatura do paraibano. O movimento foi visto por Elmar como uma traição, que estabeleceu um pacto com Brito para caminharem juntos na corrida pela presidência da Câmara.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1>

# Auditorias preparam múltis para nova taxa sobre lucro

**Victor Meneses De São Paulo**

Gigantes de auditoria e consultoria já começaram a preparar seus clientes que se enquadram na regra que propõe a tributação mínima de 15% sobre o lucro de multinacionais. Na quinta-feira (03), o governo federal publicou a Medida Provisória (MP) que institui, a partir de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as companhias internacionais com operação no Brasil que tiverem receita anual a partir de 750 milhões.

Apesar de só haver uma semana desde a publicação da MP, o texto se baseia numa discussão mais antiga no exterior. A taxa mínima de multinacionais está prevista nas Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), desenvolvida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em conjunto com o G20.

Atualmente, cerca de 140 países-membros da organização seguem as Regras GloBE, segundo o Ministério da Fazenda. Ao adotar o mesmo padrão, o Brasil busca alinhar-se às práticas das principais economias globais.

Gustavo Carmona e Priscila Vergueiro, sócios de **impostos** internacionais da EY Brasil, avaliam como positiva a iniciativa, explicando que as multinacionais que operam no país e em países signatários das Regras GloBE já teriam de pagar o adicional, caso não atingissem a alíquota mínima - conforme a MP, não haverá incidência de novos encargos para empresas que paguem ao menos 15% de **impostos** sobre o lucro.

"A ideia do Brasil de adotar essa medida já em 2025 se baseia no grande volume de países que seguem as regras. Então, o risco de haver um número elevado de empresas no Brasil pagando esse imposto lá fora é alto. O governo enfia agora com uma medida para impedir que isso aconteça e trazer essa arrecadação para o país", diz Priscila.

A especialista já auxilia grupos multinacionais brasileiros, clientes da EY, que estavam se preparando para enfrentar essa atualização tributária lá fora, uma vez que possuem operações em países onde as regras estão vigentes.

"O profissional que ainda não estava acostumado com a legislação não sabe por onde começar. Então, vai ser necessário um investimento pesado em conhecimento pelas empresas para fazer frente a esta novidade", diz Carmona.

O esforço em capacitação técnica e treinamento de equipe para lidar com a complexidade destas novas regras é algo que está no radar também das outras integrantes das "Big Four" de auditoria.

Na Deloitte, além da consultoria, parte das suas ofertas de serviços inclui treinamento de pessoal para realização dos cálculos da nova base tributária, e até a venda dos cálculos prontos, produzidos por uma equipe própria.

"A própria imposição da penalidade para a falta de prestação de informações traz um alerta para os contribuintes. Essas penalidades não são leves, algumas são com base em percentuais do valor omitido e nós temos fisco bastante eficiente neste aspecto arrecadatório", afirma Daniel Yamamoto, sócio de consultoria tributária da Deloitte, sobre a importância do engajamento das multinacionais.

PwC e KPMG também se anteciparam e preparam seus clientes para lidar com o tema, uma vez que as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária já foram adotadas pelos membros da OCDE neste ano, e a perspectiva é de uma adesão ainda maior em 2025.

"Estamos totalmente envolvidos em trabalhos práticos sobre o assunto desde antes da edição da MP, e agora, obviamente, esperamos um aumento grande do volume de trabalho relacionado ao pilar dois do acordo da OCDE", diz Roberto Salles, sócio da área de **tributos** internacionais da KPMG.

No geral, os porta-vozes das auditorias - com exceção da PwC - acreditam que a MP é favorável ao país e traduz com fidelidade o disposto na regra QDMTT, a sigla em inglês para o Imposto Complementar Mínimo Doméstico Qualificado. No entanto, a percepção das multinacionais pode não ser tão positiva.

Em nota enviada ao Valor, a Claro Brasil, uma das multinacionais que se enquadram como possíveis alvos da mudança, e que tem a EY como auditoria independente, afirmou que ainda está absorvendo e

estudando as mudanças trazidas pela instrução normativa que acompanha a MP para estimar de forma mais assertiva os seus impactos.

"Antecipa-se, no entanto, a preocupação pelo surgimento de novas mudanças de tributação sem sequer termos a aprovação final da **reforma tributária** do consumo, e ainda sob absorção de novas regras de preço de transferência", afirma a companhia. A Claro destaca uma preocupação especial em relação ao segmento de telecomunicações, "que apesar de essencial ao desenvolvimento e ao crescimento do país, possui carga tributária excessivamente elevada se comparada a outros países do mundo". Procuradas, as rivais TIM Brasil e Vivo, que também se enquadram no requisito de receita da nova regra, preferiram não se manifestar sobre o tema.

Outro ponto de preocupação é levantado por Romero Tavares, sócio da PwC Brasil e doutor em tributação internacional pela Universidade de Economia de Viena. Segundo ele, a medida cria uma desproporcionalidade e levará a uma maior tributação para multinacionais de origem brasileira e outros grupos de países que estão fora da OCDE, como EUA e China.

"As multinacionais com sede no Brasil não vão estar expostas a uma tributação adicional no exterior com relação a seu lucro brasileiro em 2025. Talvez elas estejam expostas a partir de 2026, com uma regra que ainda não foi implementada, que é a regra UTPR (Regra de Pagamentos Subtributados), que se aplica quando há alguma empresa dentro do grupo que almeje tributar a matriz, a controladora", afirma o especialista.

Romero comenta que a regra UTPR, que, em tese, permitiria uma empresa irmã tributar a outra ou uma empresa controlada tributar sua controladora, não estará valendo para tributar o lucro de uma controladora brasileira no próximo ano. "Então, se a controladora brasileira tiver um complemento adicional de CSLL em 2025 em razão do risco de uma arrecadação no exterior, esse risco em 2025 não existe", diz.

A Medida Provisória 1262/24 já está em vigor, mas precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado para se tornar lei. Na quarta (09), foi encerrado o prazo regimental para que deputados e senadores apresentassem emendas, que serão publicadas no Diário do Congresso dia 17 de outubro. (Colaborou Rodrigo Cairo)

"Vai ser necessário um investimento pesado em conhecimento" Gustavo Carmona

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1>**

# Reforma Tributária e os benefícios fiscais: desafios da transição - DIREITO E TRIBUTOS

**ROBSON SANT'ANA**

A **Reforma Tributária** em discussão, materializada no Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, promete revolucionar o sistema tributário brasileiro. Uma das mudanças mais impactantes será a extinção de diversos benefícios fiscais relacionados ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A partir de 2033, quando o IBS estiver em plena vigência, todos os benefícios tributários atualmente concedidos serão descontinuados. Essa medida visa a simplificação e transparência tributária, mas traz consigo desafios significativos para setores econômicos que dependem de isenções fiscais para manterem sua competitividade.

Durante o período de transição, que ocorrerá entre 2029 e 2033, será implementado o Fundo de Compensação. Este fundo terá o papel de mitigar as perdas enfrentadas pelos setores econômicos que possuem incentivos tributários até o início da vigência plena do IBS. A ideia é garantir que a mudança não seja abrupta e permita uma adaptação gradual, minimizando os impactos negativos nas cadeias produtivas que, até então, contavam com vantagens fiscais específicas.

No que diz respeito ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o PLP 68/2024 mantém os incentivos fiscais concedidos às montadoras de automóveis que estejam localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto no Distrito Federal) até o ano de 2032. Esse benefício, contudo, será limitado às empresas que fabricarem veículos com motores elétricos ou híbridos.

Assim, o setor automotivo terá um período adicional para ajustar suas operações, mas apenas aquelas empresas que investirem nessa tecnologia continuarão a ter acesso às vantagens fiscais após 2032.

Contudo, é importante destacar que, ao mesmo tempo em que esses benefícios são mantidos, há uma previsão de tributação adicional sobre veículos elétricos por meio do Imposto Seletivo. Esse imposto visa incidir sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, mas no caso dos veículos

elétricos, sua incidência pode aumentar a carga tributária sobre esses bens.

Portanto, as montadoras de veículos elétricos, apesar de manterem os benefícios fiscais do IPI até 2032, poderão enfrentar um cenário de tributação mais complexa devido à possível incidência do Imposto Seletivo, que visa aumentar a arrecadação sobre veículos desse tipo. Esse ponto encontra-se em discussão no Congresso Nacional, e seu impacto final dependerá das decisões tomadas durante o processo legislativo.

É importante ressaltar que a manutenção dos incentivos ao setor automotivo ocorre em paralelo a discussões sobre outros setores produtivos. A compensação proporcionada pelo Fundo durante a transição será essencial para garantir que a mudança para o novo regime tributário seja equilibrada, assegurando um ambiente de negócios que permita a adaptação gradual dos setores e a continuidade das atividades econômicas que atualmente dependem desses incentivos fiscais.

A **Reforma Tributária** promete revolucionar o sistema de **impostos**

As montadoras poderão enfrentar um cenário de tributação mais complexa

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_4622BA7F286B14F361244CDD84E550D4431FD4DBD0B9EA42F16EE7177FC657EDA54562EF43C1DFC963C8F1BF2BFF6B212AF4D87E4B07B32093D752408A3ACB441E77625376C0175BCEA80DFC64B7315AC4E9AB7D5DEC912BD0EF31C728283194D0D68130F5A1606368B65E3546F9FEB0D786D1CAC5BC59BDEC816](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_4622BA7F286B14F361244CDD84E550D4431FD4DBD0B9EA42F16EE7177FC657EDA54562EF43C1DFC963C8F1BF2BFF6B212AF4D87E4B07B32093D752408A3ACB441E77625376C0175BCEA80DFC64B7315AC4E9AB7D5DEC912BD0EF31C728283194D0D68130F5A1606368B65E3546F9FEB0D786D1CAC5BC59BDEC816)

# GDF recupera milhões sonegados

Audidores da Secretaria de Economia (Seec), do Governo do Distrito Federal (GDF), realizaram, entre quarta-feira e ontem, uma operação que resultou na recuperação de R\$ 158 milhões em créditos tributários, incluindo **impostos** e multas. Os alvos foram estabelecimentos comerciais, empresas administradoras de rodovias privatizadas, transportadoras e o Aeroporto Internacional de Brasília.

De acordo com a Seec, cerca de 40 auditores participaram da operação Tributum Finalis. As equipes iniciaram as inspeções por volta das 22h do primeiro dia de trabalho, a fim de verificar eventuais irregularidades em pagamentos. O objetivo dessa checagem era identificar possíveis usos, sem necessidade de diferentes Cadastros Nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ) por uma mesma empresa. Paralelamente, foi conferido se a emissão de documentos fiscais e o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) se deu conforme estabelecido pela lei.

"Além do combate à evasão fiscal, já identificamos uma base de cálculo sonegada de aproximadamente R\$ 315,7 milhões, o que gera um crédito tributário potencial (**impostos** e multas) de R\$ 158,4 milhões. A expectativa é que esse valor aumente conforme as investigações avancem", explicou o coordenador de Fiscalização Tributária da Seec, Silvino Nogueira Filho.

Precedente Em setembro, os auditores da Seec realizaram uma operação semelhante na capital federal.

Como resultado, eles desmantelaram empresas conhecidas como "noteiras", criadas especificamente para fraudar o pagamento de ICMS. Elas emitiam notas fiscais fraudulentas, permitindo que outras companhias obtivessem créditos indevidos e reduzissem seus débitos fiscais de forma ilegal. (

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6506/11-10-2024.html?all=1>

# Defesa da concorrência

## THAÍS BARCELLOS

Para preservar a competitividade de mercado no país, o Ministério da Fazenda vai propor uma regulação econômica e concorrencial das plataformas digitais, as chamadas big techs, com a criação, inclusive, de obrigações específicas para cada empresa.

A avaliação é que será necessário complementar a legislação atual, considerada insuficiente para lidar com desafios econômicos **impostos** pelas gigantes do setor, que cresceram muito em poder econômico e em relevância na vida das pessoas nos últimos anos. A proposta da pasta de Fernando Haddad não inclui regras para produção de conteúdo de qualquer tipo.

A ideia é estabelecer regras adicionais para as gigantes do setor, sob comando do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que seria apontado como regulador das big techs. Atualmente, o órgão de defesa da concorrência do país atua quando identifica algum caso que fere o equilíbrio dos mercados.

## PRÁTICAS ABUSIVAS

As recomendações são fruto de um estudo liderado pelo secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto. O trabalho foi iniciado no começo de 2023 e envolveu conversas com dez países e a análise das contribuições de 72 agentes interessados do Brasil e do exterior. Os EUA tiveram o maior número de participantes (23), com os brasileiros (20) figurando em segundo.

O governo entende que a regulação proativa das big techs é tendência mundial e um movimento necessário para coibir possíveis abusos das empresas, com impacto em diferentes setores. O problema, em geral, está ligado ao caráter múltiplo do modelo de plataforma, que oferece serviços gratuitos para o consumidor final, mas cobra das empresas, muitas vezes, um valor alto.

São identificadas como práticas abusivas comuns a preferência por produtos próprios em marketplaces, acordos de exclusividade e a compra de empresas novatas para impedir que elas virem concorrentes no futuro.

O modelo que a Fazenda quer implementar no Brasil se assemelha ao arcabouço adotado pela União Europeia, mas é considerado mais flexível, assim

como o alemão e o do Reino Unido.

Na União Europeia, sete empresas estão sujeitas à regulação específica: Google, Amazon, Apple, Booking, ByteDance (controladora do TikTok), Meta (dona de Face-book, Instagram e Whatsapp) e Microsoft. A legislação europeia estabelece obrigações genéricas para todo o grupo.

No Brasil, a ideia é que as regras sejam específicas para cada plataforma que for considerada "sistemicamente relevante".

A seleção será feita pelo Cade com base em critérios qualitativos, definidos em lei. Devem ser considerados fatores como número de usuários, relevância para múltiplos mercados, acesso a grande volume de dados pessoais e comerciais relevantes, poder de mercado associado a efeitos de rede e integrações verticais em mercados relacionados.

A lei vai estabelecer um faturamento mínimo, em âmbito local e global. Ou seja, empresas pequenas devem ficar fora da regulação mais rígida. O secretário Marcos Pinto destaca que, no máximo, dez empresas globais devem ficar sujeitas à regulação mais dura.

- Nossa recomendação é que o faturamento mínimo seja muito elevado, porque estamos tratando aqui de, no máximo, uma dezena de grandes plataformas digitais mundiais -disse, em entrevista coletiva para apresentar as recomendações.

Também constarão da legislação o rol de obrigações que o órgão de defesa da concorrência poderá impor às big techs, após análise de cada caso.

Por exemplo, no caso de marketplaces, pode ser proibido colocar produtos vendidos pela própria empresa à frente dos itens dos demais lojistas, o que é conhecido como autopreferência.

## REGRAS ESPECÍFICAS

Para serviços de mensagem, pode ser adotada a obrigação de comunicação entre diferentes empresas, a chamada interoperabilidade. Outra questão que a regulação pretende atacar é a abertura de sistemas operacionais para terceiros.

-Achamos que é um modelo equilibrado, que vai preservar a concorrência, sem gerar custos excessivos para as empresas e preservando a inovação,

permitindo assim que o país tenha os ganhos de produtividade que a gente almeja -disse Marcos Pinto.

Ainda não há definição se o governo vai enviar um novo projeto de lei ao Congresso ou anexar o conteúdo em alguma das propostas já em discussão pelos parlamentares.

Esse projeto vai prever a criação de unidade especializada no Cade para cuidar da regulação proativa das big techs. A ideia é que o órgão conte com a cooperação de outros reguladores, a depender do setor em questão, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou o Banco Central.

O estudo conduzido pelo secretário Marcos Pinto recomendou aperfeiçoamentos nas ferramentas usadas pelo Cade para preservar a concorrência no país que não demandam mudanças legislativas. O próprio Cade afirmou, em processo de consulta aberto pela Fazenda, que o arcabouço atual não permite que o órgão responda aos desafios das big techs na velocidade adequada.

Plataformas com relevância sistêmica

A Fazenda quer aprimorar a regulação para o que chama de "plataformas com relevância sistêmica".

Segundo a pasta, são agentes de grande porte que controlam ecossistemas complexos com efeitos de rede acentuados.

O ministério avalia que há um cenário de ausência de concorrência efetiva e que as dinâmicas competitivas são insuficientes ou inviáveis por razões estruturais.

Entre os objetivos, está assegurar liberdade de escolha ao usuário.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad: isenção de R\$ 5 mil no IR será "neutra"

**BERNARDO LIMA, THAÍS BARCELLOS E CAROLINA NALIN** *economia@oglobo.com.br*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a reforma do Imposto de Renda (IR) será "neutra" do ponto de vista fiscal. Ou seja, não vai gerar nem aumento de arrecadação, nem ampliar o déficit do governo. É nesse projeto que o Executivo pretende colocar a isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil por mês -que precisará ser compensado.

-Não temo nenhuma pressão sobre esse assunto, só porque há alguns critérios que o presidente (Lula) faz questão que a medida atenda. O primeiro deles é o fato de que ela tem que ser uma reforma neutra, do ponto de vista arrecada-tório. Ou seja, não pode ter perda de arrecadação e não pode ter ganho de arrecadação, no sentido de buscar, pela reforma do Imposto de Renda, resolver um problema que está sendo resolvido de outra forma que a questão do déficit herdado do governo anterior -disse o ministro.

## PRÁTICAS INTERNACIONAIS

Outro critério a ser seguido, segundo Haddad, é a aderência às práticas internacionais. Assim como a reforma de tributação do consumo, a intenção é aproximar o que é cobrado no Brasil da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Haddad disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está avaliando os quatro cenários que foram apresentados para ele para compensar o aumento da isenção do IR.

Como mostrou O GLOBO no sábado, o Ministério da Fazenda estuda alternativas para cumprir a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e garantir a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Uma possibilidade em análise é limitar o benefício a quem efetivamente ganha até esse valor, mas haveria uma "rampa" para evitar que trabalhadores que recebem um pouco mais não sejam prejudicados.

O desenho que está sendo feito agora teria um impacto de cerca de R\$ 35 bilhões na receita de **impostos**. A equipe econômica busca saídas para

cumprir a promessa sem prejudicar as contas públicas e quer propor formas de compensação da isenção. Foi pensando em evitar um impacto ainda maior na arrecadação que se passou a estudar uma forma de limitar a medida.

Haddad disse ontem que a tributação mínima para milionários é um dos cenários apresentados a Lula, como antecipou o jornal Folha de S.Paulo. O ministro também evitou dar um prazo para o envio do projeto sobre o assunto.

O recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) atualmente é feito por faixas. Hoje, não há tributação até R\$ 2.259,20 do salário de todos. Desse valor até R\$ 2.826,65, cobra-se 7,5%.

A escadinha segue até os ganhos acima de R\$ 4.664,68, que recolhem alíquota de 27,5%. Além disso, há deduções que fazem a alíquota efetivamente cobrada variar. Essa fórmula de cobrança de imposto impede que simplesmente se aumente a faixa de isenção, pois seria preciso reajustar todas as faixas.

Em evento do mercado de seguros na noite de ontem no Rio, Haddad defendeu o diálogo para aprovar o novo marco do setor. O ministro citou lei aprovada no Senado e que retornou à Câmara para deliberação final.

- Estamos afastando uma série de incertezas que o segurado tem na hora de assinar o contrato, prazos, informações que ele presta para a seguradora. Tudo isso está disciplinado na lei para oferecer garantia - afirmou Haddad, durante o 232 Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Renda fixa 'high grade', energia e ouro são proteção em meio a conflito, diz UBS

**Eduardo Magossi De São Paulo**

Diante de um potencial acirramento do conflito no Oriente Médio, o investidor deveria se proteger com um portfólio contendo papéis de renda fixa "high grade" (com boa classificação de crédito) de médio prazo, ativos de energia e ouro, recomenda Maximilian Kunkel, do UBS Global Wealth Management.

Em entrevista ao Valor, o CIO global responsável pela gestão de fortunas familiares e de investidores institucionais disse que a escolha desse recorte de renda fixa, com papéis com cerca de cinco anos, seria uma proteção contra um possível impacto do conflito no crescimento econômico que levasse os bancos centrais a cortarem os juros mais do que o precificado hoje. "Prefiro o médio prazo para não criar uma exposição de 'duration' [prazo médio] maior e criar riscos desnecessários".

Já a escolha por ativos de energia reflete um possível impacto na oferta e nos preços do petróleo.

"Acredito que o petróleo ainda está sendo negociado com pouco prêmio de risco geopolítico e muito desconto por conta na queda potencial de demanda em razão da desaceleração econômica e da indisciplina da oferta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Por isso, acredito que os preços devem subir mais", afirma.

O ouro, lembra, tradicionalmente é impulsionado por três fatores: poder de compra do dólar, juros reais americanos e preocupações geopolíticas. "Nos últimos dois anos, o dólar subiu, os juros reais subiram nos EUA, mas o ouro também subiu. E tudo isso foi provocado pela histórica decisão tomada há dois anos de congelar as reservas do banco central russo." Para Kunkel, essa decisão acabou transformando o dólar em uma arma e, desde então, muitos bancos centrais que não compravam ouro decidiram diversificar mais suas reservas estratégicas e começaram a comprar ouro em vez de apenas dólar. "E esses compradores não são sensíveis aos preços, não procuram lucros, por isso continuam a comprar mesmo com os preços recordes." O economista nota que o preço elevado do ouro em um ambiente em que os juros reais americanos estão começando a cair está atraindo

agora investidores especulativos, o que deve fazer com que os valores continuem subindo. Ele projeta que a onçatroy deva chegar a US\$ 2.900 na metade de 2025, de um preço atual em torno de US\$ 2.600.

Além das incertezas geopolíticas, Kunkel acredita que em um cenário de queda da **inflação** em que bancos centrais estão iniciando um afrouxamento monetário, e em que há uma desaceleração no crescimento, mas não um colapso, é necessário construir um portfólio com vários tipos de ativos, de regiões distintas.

O economista é otimista em relação ao mercado de ações. Segundo ele, o mercado de renda variável deve continuar em alta nos próximos seis meses e além, impulsionado pelo movimento de afrouxamento monetário sem recessão, o que vai dar suporte para o "valuation" (avaliação de valor) das empresas. Kunkel também acredita que os valuations das "large caps" (empresas de grande capitalização) orientadas para crescimento ("growth") dos EUA estão elevados, mas não exageradamente.

Elas podem avançar, diz, assim como as empresas fora da esfera das large caps dos EUA e de outras regiões cujos valuations estão mais moderados, com expectativa de expansão.

Também impulsionando o mercado de ações está o crescimento dos lucros das empresas.

"Este ano o lucro das empresas deve crescer 10% globalmente, e ano que vem o crescimento das empresas americanas deve atingir 8%", disse, destacando que esse avanço será mais generalizado e não apenas focado em tecnologia.

"Entre 2022 e começo de 2024, praticamente 100% do crescimento do lucro das empresas do S P 500 veio de sete empresas, as 'Sete Magníficas'. Mas, no segundo semestre, estamos vendo que as 493 empresas restantes do S P 500 registraram um crescimento de 7% nos lucros. Antes, o crescimento dos lucros estava concentrado em tecnologia, mas agora empresas do setor financeiro, concessionárias de serviços públicos, farmacêuticas também estão expandindo seus ganhos." O economista alerta, contudo, que o mercado deve passar por um período de maior volatilidade, em função principalmente das eleições nos EUA. "É um período de incertezas e o

mercado não gosta de incertezas." Segundo ele, para os mercados, duas coisas são importantes em relação às eleições: comércio e tarifas.

"No comércio, efetivamente, há três grandes cenários", explica. O primeiro seria o que o economista chama de "política de gesto", aquela que mantém o "status quo" e de vez em quando se implementa uma tarifa para se tomar uma posição política. "Como é o caso atual da Europa colocando tarifas nos carros elétricos chineses.

Não tem muito impacto na economia mundial, nem em empresas e setores globalmente. Esse é o cenário mais provável em uma vitória de Kamala Harris", disse.

O segundo cenário seria o de tarifas seletivas, como aconteceu no governo Donald Trump entre 2018 e 2019, com a guerra tarifária entre EUA e China. "Existem alvos e setores específicos. Neste caso, tanto os EUA como seu alvo seriam prejudicados", afirma. O terceiro cenário seria o das tarifas universais, como é a proposta do candidato Trump, de aplicar 10% de tarifa a todos os parceiros comerciais. "Isso já foi tentado nos anos 70 no governo Richard Nixon e se mostrou negativo tanto para a economia americana como para a global", afirma.

O estrategista trabalha com a maior probabilidade, de 40%, de vitória de Kamala Harris com um Congresso dividido, o que, segundo ele, seria a manutenção do status quo, sem muitas mudanças em relação ao atual governo. Ele vê 35% de chances de Trump ganhar com um Congresso dominante, o que seria, em um primeiro momento, bom para o mercado de ações, porque haveria redução de **impostos** e menor regulação bancária.

"O petróleo ainda está sendo negociado com pouco prêmio de risco geopolítico e muito desconto" Maximilian Kunkel

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010>

# Nova norma sobre créditos de ICMS pode reabrir guerra fiscal

**Marcela Villar De São Paulo**

Um novo convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre ICMS torna opcional - e não mais obrigatória - a transferência de créditos no envio de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte.

Apesar de ser um pleito das empresas, essa liberdade tem um preço: se a companhia escolher manter os créditos no Estado de origem, corre o risco de não conseguir aproveitá-los de forma integral. O que, para tributaristas, pode provocar uma nova guerra fiscal.

O Convênio ICMS nº 109, publicado nesta semana, revoga o anterior sobre o assunto, de nº 178/2023. Essa regulamentação foi uma exigência dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 49. Eles definiram, em modulação realizada em abril de 2023, que a partir deste ano, não poderia mais ser cobrado ICMS nessas transferências de mercadorias e deram prazo aos Estados - até o fim do ano passado - para a edição de uma norma para tratar do uso dos créditos.

Após o julgamento, foi editada a Lei Complementar (LC) nº 204/2023, que tornava obrigatória a transferência dos créditos ao Estado de destino das mercadorias, o que foi mantido no primeiro convênio editado pelo Confaz, de nº 178. A medida, para especialistas, restringiria a decisão do Supremo.

Porém, agora, dizem, um novo problema surgiu com a edição do novo convênio. Estaria no parágrafo único da cláusula primeira.

O dispositivo afirma que, na transferência, as unidades federativas são obrigadas a assegurar "apenas a diferença" entre o crédito de ICMS apurado na operação e a alíquota interestadual - ou seja, com uma alíquota interna de 18% e interestadual de 12%, o contribuinte só teria direito a 6%.

Portanto, de acordo com advogados tributaristas, o Estado que passar a oferecer mais que essa diferença se tornaria mais atrativo. O que, para eles, poderia gerar nova guerra fiscal.

O convênio dá ainda uma outra opção ao contribuinte:

não transferir os créditos de ICMS ao Estado de destino das mercadorias e tributar normalmente a operação, o que vai de encontro à decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal na ADC 49.

A possibilidade está na cláusula sexta do novo convênio.

O ideal, para os contribuintes, é que esse envio seja opcional e os créditos possam ser geridos livremente, pois a depender do Estado de origem e destino, pode ser bom ou não enviar esses valores. Algumas empresas, inclusive, foram ao Judiciário garantir esse direito e obtiveram decisões favoráveis.

Para efeitos de planejamento tributário, também entra nessa equação eventuais benefícios fiscais oferecidos pelos Estados e o próprio acúmulo de créditos, que podem servir para abater ou pagar integralmente os **tributos** estaduais, sem comprometer o caixa da companhia.

A opção de considerar a operação como tributada serve justamente para aqueles que não querem perder os benefícios fiscais.

"Muitos Estados de origem consideram que esse tipo de operação com a transferência é suficiente para invalidar um benefício fiscal", afirma o tributarista Guilherme Tostes, sócio do Bichara Advogados. "Ao tratar a operação como tributada, pelo menos tem o conforto de que o Estado não vai invalidar o benefício".

Para Tostes, por conta de o novo convênio revogar a obrigatoriedade da transferência prevista no anterior, ele está "mais alinhado à decisão do Supremo na ADC 49 e à Lei Complementar nº 204 editada pelo Congresso".

Mas há alguns problemas, acrescenta o advogado, como determinar que a empresa escolha uma das duas sistemáticas (transferir os créditos ou tributar a operação) e exigir que se mantenha nela por um ano, adotando-a em todos os estabelecimentos do país. Essa previsão não estava na lei complementar.

"É a boa e velha ilegalidade do Poder Executivo que tenta criar normas sem amparo na lei", diz Tostes, lembrando que a opção deve ser informada aos governos estaduais até o final do mês de novembro.

Outra ilegalidade está, segundo ele, nas diferentes bases de cálculo previstas na entrada e na saída de mercadorias, o que também não poderia ser feito pelo Confaz. A norma prevê três tipos de base para a operação: valor médio da entrada da mercadoria, custo da mercadoria produzida e custo da produção em geral.

Para Tostes, "o convênio extrapolou seu poder regulamentar" também nesse ponto.

Em uma dessas bases, segundo Ana Flora Diaz, sócia do escritório HRSA Advogados, a mão de obra é desconsiderada, o que, para ela, "não faz sentido", pois faz parte do custo do produto. Na norma anterior, tinha que ser considerada a entrada da mercadoria mais recente. "Na ponta do lápis, vai impactar em custo, mas não necessariamente reduz o valor do crédito", diz. Isso vai depender muito caso a caso. "Cada empresa vai ter que fazer a lição de casa de novo e ver se talvez volte a valer a pena fazer a transferência." Na visão dela, o parágrafo único, que assegura um mínimo de crédito a ser transferido, "abre brecha para uma nova fase da guerra fiscal", a depender de como for feita a regulamentação e internalização pelos Estados do convênio. "Se está falando que a unidade de origem vai assegurar apenas essa diferença.

Abre uma possível brecha para o Estado autorizar um crédito maior em uma transferência", afirma a advogada.

Para Gustavo Vaz Faviero, coordenador tributário do escritório Diamantino Advogados Associados, o convênio, com a previsão do parágrafo único, não é tão positivo.

"Ele diz que todos os créditos de operações anteriores só podem ser usados no Estado de origem se eles forem superiores ao que você transferir. Só esse saldo que pode ser usado", afirma.

A transferência, na visão dele, continua obrigatória. "A origem só vai ficar com aquele valor que excedeu o critério de cálculo, ou seja, sou obrigado a mandar o crédito", completa.

Maurício Barros, sócio do escritório Cescon Barriou, pensa da mesma forma. "O convênio tenta passar uma imagem de que não é mais obrigatório transferir, na cláusula primeira, mas diz que a origem só está obrigada a aceitar a diferença do que está escriturado menos o que seria transferido", afirma o advogado.

Para Barros, essa medida basicamente equivale a uma incidência do tributo. "Estão travestindo um débito

de transferência de crédito", diz. O objetivo com a norma, segundo ele, é não deixar os contribuintes acumularem créditos nos Estados de origem para não comprometer a arrecadação dos governos.

Procurado pelo Valor, o Conselho Nacional de Política Fazendária não deu retorno até o fechamento da edição.

"Tributar a operação serve para quem não quer perder benefício fiscal" Guilherme Tostes

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010>

# Taxação de super-ricos poderia gerar arrecadação de R\$ 45 bi - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

A proposta do governo em taxar os super-ricos trará impactos positivos para os cofres públicos? As opiniões variam muito, a depender das convicções de cada um. De acordo com um estudo realizado pela corretora Warren Investimentos, uma taxa de 12% da renda de quem possui rendimentos anuais acima de R\$ 1 milhão - esta é uma das propostas na mesa - seria o suficiente para gerar R\$ 44,8 bilhões em arrecadação.

Trata-se, sem dúvida, de uma cifra considerável, que poderia trazer algum alívio para as contas públicas. Os críticos da medida, contudo, afirmam que os exemplos de outros países mostram que a iniciativa é equivocada.

Na Argentina, França e Turquia, argumentam, a tributação fez com que os ricos procurassem outros destinos, o que acabou gerando perdas aos países. "Nós apresentamos os estudos para o presidente Lula, mas não é uma coisa simples", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em processo de reestruturação, Dasa vende operação de seguros A rede de hospitais e laboratórios Dasa deu um passo importante para o seu processo de recuperação financeira. Com o objetivo de fazer caixa, a empresa vendeu a divisão de seguros para o Grupo Case por R\$ 255 milhões. "A operação representa mais um passo na implementação da estratégia de focar nas atividades centrais de diagnósticos, hospitais e oncologia", disse a Dasa. O cenário permanece desafiador.

No segundo trimestre, a companhia acumulava dívidas de R\$ 8,3 bilhões.

Diploma de engenheiro é o que mais abre portas no mercado de trabalho Quais são os diplomas universitários que oferecem as melhores oportunidades profissionais? A resposta é desafiadora, mas a empresa americana de serviços financeiros Bankrate decidiu apontar as candidatas após consultar profissionais de RH e números do mercado de trabalho nos Estados Unidos. De acordo com o estudo, os diplomas de engenharia elétrica, engenharia de computação, engenharia de petróleo, engenharia aeroespacial e ciência dos materiais são

aqueles que abrem mais portas.

Elie Horn cria "laboratório de ideias" para fomentar filantropia Principal referência em filantropia no Brasil, o empresário Elie Horn, fundador da incorporadora imobiliária Cyrela, criou o "Think Tank do Bem", um "laboratório de ideias" que reúne empresários, políticos e intelectuais com um único objetivo: estimular a criação de projetos que promovam a cultura da doação no país.

Participam da iniciativa nomes como Guilherme Benchimol, fundador da XP, Pedro Passos, cofundador da Natura, e Flávio Rocha, presidente do conselho de administração da Guararapes.

"O sonho americano está desaparecendo para muitos porque as oportunidades não são compartilhadas igualmente.

A ausência de uma boa política prejudica aqueles que já são mais desfavorecidos" Jamie Dimon, CEO do banco americano J.P. Morgan

## RAPIDINHAS

» Do total de débitos negativados em maio, 36,3% foram pagos ou renegociados pelas companhias inadimplentes em até 60 dias do mês de referência - trata-se do menor percentual dos últimos 12 meses. Os dados fazem parte do Indicador de Recuperação de Crédito da Serasa Experian, maior datatech do Brasil, antecipado com exclusividade à Coluna » Os credores que atuam na indústria, agronegócio e terceiro setor responderam pela maior parte das dívidas sanadas (42,2%). "A alta taxa de juros tem dificultado o acesso ao crédito, tornando os empréstimos mais caros e menos atraentes para as empresas", afirma Luiz Rabi, economista da Serasa Experian.

» Uma pesquisa recente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) estima que uma maior uniformidade regulatória poderia adicionar até 1% ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (o equivalente a R\$ 25 bilhões), estimulando a geração de emprego e o desenvolvimento econômico, além de reduzir o déficit habitacional no país.

» Outro dado alarmante do estudo feito pela entidade

afirma que o cumprimento das normas de inúmeros planos diretores e outros processos burocráticos em cidades com mais de 20 mil habitantes tem elevado o preço final dos imóveis em até 30% para o consumidor final. O cenário, diz a CBIC, mostra a urgência de debater uma nova política para o setor.

0,3% foi quanto recuaram, em agosto, as vendas do comércio varejista brasileiro em comparação com o mês anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado veio melhor do que a expectativa do mercado, que projetava uma queda de 0,5% no período

**Site:**

**<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6506/11-10-2024.html?all=1>**

# Emprego em alta impulsiona setores como têxtil e alimentos

**MÁRCIA DE CHIARA**

De 16 segmentos da indústria de transformação avaliados pela pesquisa Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), seis estavam em forte alta em setembro, ou seja, o uso da capacidade das fábricas superava a média da indústria como um todo e a maioria deles estava com estoques enxutos. Nesse grupo estão os fabricantes de alimentos, vestuário, celulose e papelão, derivados de petróleo, metalurgia e têxtil.

O ritmo acelerado de produção é um desafio enfrentado hoje por quase todos os segmentos da indústria e é fruto do aumento do emprego e da renda, segundo Stéfano Pacini, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV e responsável pela sondagem sobre a capacidade da indústria nacional.

No trimestre encerrado em agosto, havia 102,517 milhões de pessoas trabalhando no País, um número recorde, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A massa de salários em circulação na economia alcançou um novo ápice: R\$ 326,205 bilhões no trimestre encerrado em agosto, um avanço de 8,3%, descontada inflação, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Para analistas, esse aumento da renda tem muito a ver com a política do crescimento real do salário mínimo acima da inflação.

Além disso, a antecipação do pagamento de precatórios, no início do ano, também injetou mais dinheiro na economia, elevando o consumo.

Com mais dinheiro no bolso, o brasileiro passou a comprar neste ano uma quantidade maior de comida, bebida e roupa.

Esses itens, por sua vez, necessitam de um volume maior de embalagens para chegar ao consumidor e também puxam a demanda de insumos intermediários usados na sua produção.

O aquecimento gradual do consumo de bens diretamente ligados ao aumento da renda, isto é, aqueles cuja compra não depende do crédito e da taxa

de juros, bateu na indústria desde o final do terceiro trimestre do ano passado, observa Pacini.

Num primeiro momento, o crescimento da demanda foi atendido pela sobra de estoques.

"Mas, nos últimos meses, as fábricas estão ligando as máquinas e acelerando a produção", diz o economista.

**COMIDA EM ALTA.** Líder na produção de peixes enlatados, a multinacional espanhola Nauterra, dona da marca Gomes da Costa no Brasil, por exemplo, confirma o forte aquecimento da produção nas duas fábricas, uma de pescados e outra de embalagens em Itajaí (SC). Nos últimos meses, a companhia chegou a usar até 90% das instalações para atender ao avanço da demanda.

De janeiro a julho, os volumes de sardinha produzidos cresceram 20% em relação ao mesmo período do ano passado.

No atum, a alta foi de 10%.

"Estamos voltando ao patamar pré-pandemia", afirma o CEO da empresa para América Latina, Martin Barbesi.

O ritmo de crescimento mais acelerado do Produto Interno Bruto (**PIB**) e, conseqüentemente, do consumo de alimentos fez a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) rever para cima as projeções para este ano.

Em fevereiro, a expectativa para 2024 era de um aumento das vendas reais de 2% a 2,5%. "Com a diminuição do desemprego para uma taxa de 6,6% e o ritmo forte das exportações, é provável que as vendas registrem crescimento acima de 3%", prevê João Dornellas, presidente executivo da Abia, em nota. Em agosto, segundo a entidade, as fábricas de alimentos usavam 81,9% da capacidade de produção.

A sondagem da FGV aponta que esse índice tinha subido para 85,3% no mês passado.

Dinheiro na praça

Massa de salários teve um novo ápice no trimestre encerrado em agosto, com R\$ 326,205 bi

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após recorde, vendas em agosto apontam para acomodação do varejo, indica IBGE

**DANIELA AMORIM | COLABOROU GABRIELA JUCÁ**

Após um início de ano vigoroso, o comércio varejista patinou em agosto. O volume vendido recuou 0,3% em relação a julho, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Os dados do varejo hoje vão na direção de uma acomodação da economia no terceiro trimestre", avaliou Marina Garrido, economista do Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco, em relatório.

De janeiro a agosto de 2024, em relação ao mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, houve redução no volume vendido em apenas duas ocasiões: junho (-0,9%) e agosto (-0,3%).

Apesar da oscilação nos últimos três meses, o volume vendido pelo comércio varejista permanece "muito próximo" de seu pico histórico, frisou Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE. A queda de 0,3% no volume vendido pelo comércio varejista em agosto ante julho configura uma estabilidade, segundo o IBGE "A gente tem de lembrar também que esse crescimento que houve até maio de 2024 foi um crescimento que levou o varejo ao patamar recorde da série de mais de 20 anos", disse Santos. "Então, está muito próximo ainda do patamar de maio. Esse rebatimento que a série teve nos últimos três meses está preservando o patamar (de vendas) bastante elevado", disse. Em agosto, o setor operava em patamar 0,7% abaixo do recorde alcançado em maio de 2024.

No varejo ampliado - que inclui as atividades de veículos, material de construção e atacado alimentício -, as vendas encolheram 0,8% em agosto ante julho.

"Os últimos dados do varejo ampliado sugerem que o segmento começou a perder fôlego", observou a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário. "Os números indicam, até agora, que teremos um terceiro trimestre ainda positivo.

O resultado de hoje (ontem) não muda nossa previsão para o **PIB**: crescimento de 3% em 2024 e de 1,2% em 2025." **SETORES**. Na passagem de julho para agosto, houve retração generalizada nas vendas das

atividades varejistas: outros artigos de uso pessoal e doméstico, que inclui lojas de departamento (- 3,9%); livros e papelaria (-2,6%); equipamentos de informática e comunicação (-2,0%); móveis e eletrodomésticos (-1,6%); vestuário e calçados (-0,4%); combustíveis (-0,2%) e supermercados (-0,1%). Apenas artigos farmacêuticos e de perfumaria cresceram: 1,3%.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inflação e desemprego voltam a subir nos EUA

*I ALINE BRONZATI/NOVA YORK*

A **inflação** nos Estados Unidos voltou a dar sinais de maior aquecimento em setembro. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,2% no mês, conforme dados com ajustes sazonais publicados ontem. O ritmo veio acima da mediana de 0,1%, conforme esperavam analistas.

Na comparação anual, o avanço foi de 2,4%, também acima das expectativas, que apontavam alta de 2,3%.

Paralelamente, pedidos de auxílio-desemprego semanais vieram acima do esperado, o que voltou a desencadear preocupações com o mercado de trabalho no país, e que deve sofrer novo impacto pelo furacão Milton, na sequência do Helene.

O número de pedidos de auxílio-desemprego nos EUA subiu 33 mil na semana encerrada em 5 de outubro, para 258 mil, maior patamar desde agosto de 2023.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Recurso empoçado soma R\$ 22,6 bi e pode "facilitar" meta

**Jéssica Sant"Ana e Edna Simão De Brasília**

O volume de recursos liberado, mas não gasto pelos ministérios até agosto deste ano alcançou R\$ 22,6 bilhões, incluindo emendas parlamentares, segundo dados do Tesouro Nacional. É o chamado empoçamento, ou seja, a diferença entre os pagamentos efetuados e o limite autorizado a cada órgão, um problema recorrente de execução financeira do Orçamento que se mantém ao longo de diversos governos.

Apesar da utilização desse limite não depender da gestão do Tesouro Nacional, mas sim de cada pasta, essa margem pode ajudar o governo no fim do ano. Isso porque, se essas despesas não forem pagas, o valor é contabilizado no resultado primário, ou seja, contará para alcançar a meta de déficit zero deste ano. Integrantes da equipe econômica já reconheceram que o empoçamento da ordem de R\$ 20 bilhões deve melhorar o primário de 2024.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, explicou ao Valor que não considera o "empocamento" para cumprimento da meta de primário do ano. "Se contássemos para a meta, entraria no relatório bimestral", afirmou. "Eu alerta para mostrar a realidade daquele momento. Então, quando digo que a fotografia daquele momento, bimestral mais empoçamento, indicaria um primário melhor do que aparece no relatório, é só a realidade."

Técnicos do governo costumam atribuir o problema à rigidez alocativa, ou seja, à existência dos mínimos constitucionais de saúde e educação e outras vinculações, que dificultam o remanejamento dos gastos. Neste ano, ainda tem um adicional. O Valor apurou que a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender a execução das emendas até que o Congresso Nacional estabeleça novos procedimentos para garantir transparência na liberação dos recursos já afetou o empoçamento de alguns ministérios. A decisão foi tomada em 14 de agosto e continua válida.

De acordo com os dados do Tesouro Nacional, foram liberados R\$ 372,6 bilhões de janeiro a agosto deste ano e R\$ 350 bilhões foram pagos pelos ministérios, o que resultou no empoçamento de R\$ 22,6 bilhões no acumulado do ano. Do total empoçado, R\$ 16,4

bilhões são referentes a despesas discricionárias e obrigatórias com controle de fluxo e, R\$ 6,2 bilhões, a emendas parlamentares, incluindo individuais, de bancada e de comissão.

Em valores absolutos, os campeões de recursos parados são: Saúde, com R\$ 4,7 bilhões empoçados; Educação, R\$ 3 bilhões; Ciência, Tecnologia e Inovação, R\$ 1,4 bilhão; Defesa, R\$ 1,4 bilhão; e Cidades, R\$ 973 milhões. São todos ministérios de grande orçamento.

Atualmente, o governo projeta que terminará o ano com um déficit de R\$ 28,3 bilhões, dentro do limite de tolerância do novo arcabouço fiscal, que permite um rombo de até R\$ 28,8 bilhões em 2024. Contudo, o número estimado não considera o empoçamento. Caso o valor fique na casa de R\$ 20 bilhões, como esperado pelo governo e em linha com o acumulado neste ano, o resultado negativo ficaria em torno de R\$ 8 bilhões.

Em entrevistas coletivas, Ceron tem afirmado que um empoçamento da ordem de R\$ 20 bilhões vai ajudar a melhorar o resultado primário. "Se miro na banda inferior da meta, nos R\$ 28 bilhões, provavelmente vou atingir um resultado melhor, porque tem o empoçamento financeiro", afirmou no dia 5 de setembro. "Não é um aspecto formal, mas gerencial que deve ser levado em conta. No ano passado, foi pouco acima de R\$ 20 bilhões. Não é algo que se controla formalmente, mas acontece naturalmente", disse em 22 de julho. Segundo o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Tesouro, 2023 terminou com um empoçamento de R\$ 19,8 bilhões.

A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, concorda que o empoçamento no fim de ano é bastante comum, devido ao Orçamento ser muito engessado e a flexibilidade de transferência de recursos entre pastas ser muito limitada. "Em geral, um volume próximo de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões já é esperado que não seja gasto. Nós estimamos R\$ 20 bilhões de gastos que não serão executados este ano na nossa estimativa de déficit de R\$75 bilhões."

Segundo ela, uma das preocupações com a condução atual do Orçamento é que o resultado estimado pelo governo já está muito próximo do limite inferior da

meta. "Contar com o empoçamento para cumprir a meta é uma prática bem arriscada que contribuiu para a baixa credibilidade da política fiscal. O melhor cenário seria o governo contingenciar considerando o centro da meta, e deixar a expectativa de empoçamento fora da avaliação do resultado esperado."

O economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, destacou que a "expansão fiscal foi tão grande em 2023 e 2024 que qualquer recurso é fundamental para se aproximar da meta". Na avaliação dele, destacar que o empoçamento fará com que o resultado primário seja melhor é um esforço de curto prazo para coordenar expectativas. "Essa é uma estratégia de postergar o debate do gasto e focar o esforço no curto prazo, deixando para o segundo plano as reformas e a dívida", frisou.

Em 2023, o valor empoçado foi de R\$ 19,8 bilhões, de acordo com o Tesouro Nacional. Um ano antes, foi de R\$ 20,7 bilhões. Em 2021, R\$ 16,3 bilhões. Em 2020, R\$ 21,7 bilhões. Em 2019, R\$ 17,5 bilhões. Os valores são nominais (sem atualização pela inflação).

O empoçamento é um problema de gestão que se repete ao longo dos anos. O Tesouro passou a dar publicidade para esses números a partir de 2017. A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estudava meios para tentar reduzir os valores parados, como privilegiar nos pedidos de créditos adicionais ministérios que usam as verbas liberadas, mas a ideia ainda não saiu do papel.

Procurado, o Ministério da Saúde nega que o relatório do Tesouro indique empoçamento. "A margem apontada no relatório não indica empoçamento de recursos pela pasta. As despesas são executadas ao longo do exercício anual, seguindo as etapas de empenho, liquidação e pagamento, conforme demandas apresentadas por Estados e municípios para cumprimento das políticas do SUS."

Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que a Fazenda disponibiliza 1/12 do valor da Lei Orçamentária Anual, a cada mês, para as pastas. Porém, a execução financeira das despesas não necessariamente respeita esse padrão. A pasta explica que o pagamento dos Projetos Estratégicos de Defesa concentra-se no fim do ano, por motivos contratuais. E que no ano passado o ministério utilizou mais de 99% do limite disponibilizado. "A expectativa, para o ano de 2024, também é utilizar todo o financeiro atual além dos limites que serão disponibilizados nos próximos meses", diz a Defesa.

No caso Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a pasta informou que a execução

orçamentária e financeira vem ocorrendo de "forma adequada, conforme fluxo de execução da despesa". "O MCTI reitera que todo o volume de recursos disponibilizado ao ministério será utilizado", informou por meio de sua assessoria de imprensa.

O ministério ainda ressaltou que a maior parte das despesas do MCTI está relacionada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT),

que possui um cronograma de execução mais concentrado no segundo semestre de cada exercício. As ações do fundo são aprovadas em instâncias colegiadas próprias, conforme governança prevista em normativos legais.

Procurados, os ministérios da Educação e das Cidades não responderam até a conclusão desta edição. Segundo fontes do governo, este último foi uma das pastas afetadas pela suspensão da liberação de emendas parlamentares.

Ministérios líderes de recursos empoçados são Saúde (R\$ 4,7 bi) e Educação (R\$ 3 bi)

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1>

# OMC eleva previsão para o comércio de bens

A Organização Mundial do Comércio (OMC) elevou ligeiramente ontem a previsão para o comércio global de bens para 2024, mas alertou que as tensões geopolíticas e a incerteza política e econômica representam riscos "substanciais".

Segundo a OMC, o comércio global de bens aumentará 2,7% este ano, em comparação com os 2,6% previstos em abril. Para o próximo ano a previsão é de um crescimento de 3%, abaixo dos 3,3% anteriormente projetados. No ano passado, houve queda de 1,1%.

"Estamos esperando uma recuperação gradual no comércio global, mas permanecemos atentos a possíveis contratempos, particularmente a potencial escalada de conflitos regionais, como os no Oriente Médio", disse a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, em comunicado.

A OMC afirmou que há potencial limitado de alta na previsão se os cortes nas taxas de juros nas economias avançadas impulsionarem um crescimento sem reacender a inflação.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188010?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188010?page=1&section=1)**

# Inflação dos EUA atinge menor nível desde 2021

*Christopher Rugaber Associated Press, de Washington*

A **inflação** nos EUA caiu em setembro para o menor nível desde que iniciou sua trajetória de alta, há mais de três anos, e somou-se a uma série de notícias econômicas encorajadoras nas semanas finais da corrida presidencial no país.

Os preços ao consumidor subiram 2,4% em setembro na comparação anual, abaixo dos 2,5% em agosto e a menor elevação anual desde fevereiro de 2021. Na comparação mensal, os preços subiram 0,2% de agosto a setembro, a mesma variação do mês anterior, segundo informou ontem o Departamento de Trabalho dos EUA.

No entanto, o "núcleo" do indicador, que não leva em conta os preços mais voláteis, dos alimentos e das fontes de energia e é um termômetro da **inflação** subjacente, continuou alto em setembro, encabeçado pelos custos da saúde, vestuário, seguros automotivos e passagens aéreas. O núcleo da **inflação** em setembro apontou alta de 3,3% nos preços na comparação anual e de 0,3% na mensal.

Os números de setembro mostram que os preços confluem para a meta anual do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), de 2%, ainda que de forma gradual e irregular. A alta nos aluguéis de apartamentos diminuiu em setembro, sinal de que a **inflação** da habitação perdeu força.

A **inflação** total de setembro foi contida pela forte queda mensal nos preços da gasolina, de 4,1%, de agosto a setembro.

Os preços nos supermercados deram um salto de 0,4% em setembro, após cerca de um ano de aumentos mensais mais moderados, embora tenham aumentado apenas 1,3% na comparação anual.

A melhora no panorama da **inflação** chega na esteira de um relatório sobre o emprego em grande parte positivo, divulgado na semana passada. As contratações tiveram aceleração em setembro e o índice de desemprego caiu de 4,2% para 4,1%. O governo também divulgou uma sólida expansão da economia de 3% ao ano segundo trimestre. O crescimento provavelmente manteve um ritmo similar no trimestre de julho a setembro, que acaba de ser

concluído.

A **inflação** em queda, a força nas contratações e o crescimento saudável podem diminuir a vantagem do ex-presidente Donald Trump no front econômico na corrida presidencial, apontada pelas pesquisas de opinião pública. Em algumas pesquisas, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, empatou com Trump na questão de quem lidaria melhor com a economia, após Trump ter liderado com folga no tema à frente do presidente Joe Biden. No entanto, a maioria dos eleitores ainda dá notas relativamente baixas à economia, principalmente em razão da alta acumulada dos preços nos últimos três anos.

Para o Fed, o relatório de emprego da semana passada, muito mais forte do que o previsto, alimentou algumas preocupações de que a economia poderia não estar esfriando o suficiente para desacelerar a **inflação** no ritmo desejado.

Em setembro, o banco central reduziu sua taxa básica de juros de forma contundente, com um corte de 0,50 percentual, o primeiro de qualquer tamanho em quatro anos e as autoridades do Fed sinalizaram estar dispostas a continuar reduzindo os juros básicos.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1>

# Inflação desacelera a 3,5% em setembro na Argentina

**Luiza Palemio e Pedro Borg De São Paulo**

A **inflação** da Argentina em setembro confirmou as expectativas de que o país atingiu um piso na redução de preços, tendo seu menor resultado desde novembro de 2021. Pesquisa do banco central argentino mostra que os analistas veem uma **inflação** em torno de 3,5% até o final do ano.

O índice de Preços ao Consumidor (IPC) mensal foi de 3,5% em setembro, uma desaceleração em relação a agosto, que foi de 4,2%, informou ontem o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec).

Em termos anuais, a **inflação** alcançou 209%. De janeiro a setembro, a alta foi de 101,6%, enquanto a **inflação** núcleo - que exclui preços transitórios - ficou em 3,3%, a menor desde janeiro de 2022.

Segundo Roberto Geretto, economista do Banco CMF, o resultado IPC núcleo significa que a inércia de 4% - registrada desde maio deste ano - pode ser quebrada e indica que a variação dos preços deve continuar em torno de 3,5%. "No futuro, resta ver se a economia confirmará que a **inflação** cairá abaixo de 4% ao mês ou se voltará a esse nível quando o efeito da redução do imposto PAIS [a taxa sobre fretes de importações de mercadorias] terminar."

Por outro lado, Florencia Fiorentin, economista chefe da consultoria EPyCA, afirma que a **inflação** núcleo desse mês demonstra "as dificuldades em continuar reduzindo o nível atual de **inflação** nos próximos meses."

O resultado mensal veio em linha com as expectativas do mercado e do Banco Central da Argentina, que projetava uma alta de 3,5% da **inflação** em setembro.

Para outubro, o sócio da consultoria MAP, Juan Pablo Ronderos, espera uma leve desaceleração adicional da **inflação**, para 3,4%, com a medida núcleo se movendo num intervalo entre 3% e 3,3%. "Acho que a **inflação** está atingindo um piso agora e deverá se mover entre 3,3%, 3,2%, 3,4% e 4%", a depender de futuros ajustes nos preços relativos, segundo Ronderos.

Os setores que sofreram as maiores altas foram habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (7,3%) e vestuário e calçados (6%). Já

os setores que registraram as menores variações foram bebidas alcoólicas e tabaco (2,2%) e recreação e cultura (2,1%).

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188010?page=1&section=1>

# Brasil tem de manter autonomia ante risco autoritário do Brics (Editorial)

De 22 a 24 de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da cúpula dos Brics, em Kazan, na Rússia. Nascido como um fórum informal de grandes países emergentes, o grupo potencializou a imagem e a influência do Brasil no cenário político mundial. Recentemente, porém, parece estar sendo conduzido pela China para se tomar uma alternativa ao bloco ocidental, liberal e democrático liderado pelos EUA. Nesse novo contexto, é preciso estar atento para que a participação nos Brics não deixe de ser uma oportunidade para se tornar um risco.

O acrônimo Bric (sem o S) surgiu de um relatório sobre grandes países emergentes feito pela equipe de pesquisa econômica do banco americano Goldman Sachs, liderada por Jim O'Neill, publicado em 2003. A sigla, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, se popularizou e parecia representar uma crescente multipolaridade no cenário global.

Para o Brasil, o Bric foi um ganho estratégico. O país passou a ser associado a um grupo de economias maiores e política e militarmente mais poderosas. Os outros três membros são potências nucleares. É como se o país tivesse subitamente saltado de nível num jogo geopolítico. Em 2010, a África do Sul foi admitida, e o grupo passou a se denominar Brics. A incorporação de uma economia muito menor e com menos potencial indicava a intenção política de ter um grande país africano.

O Brics hoje representa 45% da população e 35,6% do **PIB** (em paridade de poder de compra) no mundo, mais do que o G7 (grupo que reúne as sete grandes economias desenvolvidas), que tem menos de 10% da população e 30,3% do **PIB** (Alexander Gabuev e Oliver Stuenkel, "Foreign Affairs" de setembro).

Com interesses divergentes e, por vezes, conflitantes, o Brics raramente passou de um fórum de consulta política. Já há algum tempo, com a mudança no cenário geopolítico global, a China parece estar buscando dar nova orientação ao grupo. Ao contrário dos primeiros anos do bloco, hoje há um contexto de confronto aberto, político e econômico entre EUA e China. Isso está gerando uma crescente divisão do mundo em esferas de influência e cadeias de produção distintas, uma ligada aos EUA e o Ocidente e outra ligada à China.

Para o Brasil, é interessante poder transitar entre essas duas esferas, com uma política externa autônoma e não alinhada - essa, aliás, é a posição tradicional da diplomacia brasileira. Isso permite ao país participar das oportunidades de financiamento e investimentos que os dois lados oferecem. A China é o maior parceiro econômico do Brasil. Em 2023, ela importou US\$ 105,75 bilhões em mercadorias brasileiras, com aumento de 16,5% sobre 2022. Foi a primeira vez que as exportações para um único parceiro comercial ultrapassaram a casa dos US\$ 100 bilhões.

Mas se manter equidistante dos polos numa situação de confronto é uma tarefa complexa e delicada. O espaço de atuação autônoma tende a se restringir. A mera percepção de que o Brasil pode estar se alinhando mais à esfera chinesa, pela parceria cada vez mais próxima no Brics, pode gerar consequências negativas ao país.

A atual reestruturação das cadeias globais de produção, por exemplo, é uma oportunidade única para o Brasil buscar melhorar a sua inserção econômica internacional. Parte das atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção que hoje são feitas na China (e em outros países que o Ocidente considera hostis ou não confiáveis) tende a migrar para países amigáveis. No entanto, parece haver uma dúvida crescente no Ocidente em relação à orientação do Brasil sob o governo Lula. Para evitar mal-entendidos, é fundamental que o país dê os sinais corretos de sua orientação externa. Isso passa pela cautela em relação ao Brics.

Na recente expansão do grupo, entraram Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos. A Arábia Saudita participa, mas ainda não aderiu formalmente. São todos países com governos autoritários, o que deixa apenas Brasil, Índia e África do Sul como regimes democráticos. Além disso, a presença do Irã é problemática. O país é uma fonte de instabilidade no Oriente Médio e financia vários grupos terroristas na região. Há a intenção de ampliar o bloco com o ingresso de países antes explicitamente reverenciados pelo governo Lula e hoje mais distanciados, como Venezuela e Nicarágua, duas novas ditaduras a possivelmente se juntarem às que já fazem parte dele.

Por fim, há o problema da guerra na Ucrânia. A cúpula

do Brics corre o risco de se tornar uma cobertura política e diplomática para o autocrata russo, Vladimir Putin. Brasil e China apresentaram uma proposta de plano de paz duramente criticada pelo governo ucraniano, pois sinaliza concessões territoriais a Moscou.

O Brics, assim, está deixando de ser uma fonte de oportunidades para se tornar uma fonte de riscos para o Brasil, caso o grupo, que nasceu heterogêneo, mesclando grandes emergentes, torne-se uma associação de países pouco ou nada democráticos e com viés antiocidental. Isso parece ser o embrião de uma associação que na prática reuniria a esfera de influência chinesa contra o Ocidente. O presidente Lula tem agido como se isso não fosse um problema.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1)**

# "Fed precisa ser cauteloso ao decidir o tamanho dos cortes de juro"

**Gabriel Roca De São Paulo**

A demanda por gastos para financiar a transição verde, o investimento em infraestrutura para manejar a inteligência artificial (IA) e a crescente militarização ao redor do mundo devem continuar a impulsionar gastos públicos e privados e a pressionar as taxas de juros globais, avalia Raghuram Rajan, professor da Universidade de Chicago e ex-presidente do banco central da Índia (RBI). E o cenário de juros reais mais altos demanda atenção e acende um alerta para países que têm um grande estoque de dívida e baixo crescimento.

Na visão de Rajan, também ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), os sinais de que a economia dos EUA se mantém aquecida, com um mercado de trabalho pujante, sugerem que a taxa de juros de equilíbrio do país - aquela que não acelera nem desacelera a atividade econômica - pode ser mais elevada do que se imaginava anteriormente. Isso implica que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pode precisar ser mais cauteloso na condução do afrouxamento monetário e promover menos cortes de juros que o esperado.

O economista estará no Brasil na próxima semana para participar de evento do Itaú BBA sobre macroeconomia. Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Os fortes dados do mercado de trabalho dos EUA em setembro mudaram a perspectiva sobre o ritmo de cortes de juros nos EUA. O que o sr. espera em termos de política monetária à frente?

Raghuram Rajan: Acredito que o Fed será bastante vigilante e há menos pressão agora para cortar os juros. Provavelmente haverá alguma reavaliação. É curioso como os dados acabaram nos movendo de um extremo para o outro. A desinflação vinha ocorrendo mesmo sem uma desaceleração forte na economia. Havia uma sensação de que talvez tivéssemos um "soft landing". Aí tivemos o "payrolf [relatório de emprego] de julho, que foi bem ruim, com uma grande revisão para baixo nos dados de criação de emprego. O que aconteceu foi que o Fed viu esse dado como a possibilidade de ter ficado atrás da curva. Em setembro, o Fed corta os juros em 0,5 ponto e o que acontece é que o "payrolf de setembro vem bastante

forte...

Valor: E isso muda o cenário?

Rajan: A boa notícia é que a economia não está caminhando para uma recessão. E a notícia potencialmente não muito boa para o Fed é que o mercado de trabalho permanece bastante forte. Portanto, eles precisam se manter atentos. A **inflação** está caindo, mas a melhora da **inflação de serviços** depende de um mercado de trabalho estar relativamente frouxo. Se ele voltara se apertar e o crescimento dos salários for forte, podemos ver um repique da **inflação**. Isso significa que o Fed precisa ser cauteloso em decidir o tamanho dos cortes de juros.

Valor: O Fed acertou em focar mais no mercado de trabalho?

Rajan: Com os dados que eles tinham em setembro, eles escolheram ser mais agressivos. Presumo, agora, que se eles soubessem o que viria pela frente, teriam começado com 0,25 ponto. Mas é preciso seguir os dados e o que isso significa é ser mais cauteloso à frente. Isso não quer dizer, no entanto, que o primeiro corte foi um erro.

Valor: Então o ponto final do ciclo precificado pelo mercado, com juros por volta de 3%, está correto?

Rajan: A economia americana ainda está forte, o que sugere que a taxa real de equilíbrio é um pouco maior do que imaginávamos. O juro atual, que era imaginado como extremamente restritivo, provavelmente não é tão restritivo assim. Se essa tendência continuar, haverá menos cortes e em um ritmo mais lento. Vejo o juro neutro de curto prazo ao redor de 3%. É preciso acrescentar a isso mais 0,5 ponto ou um pouco mais de prêmio a termo. É possível imaginar que a taxa de juros de 10 anos hoje reflete o que é o juro de equilíbrio de longo prazo, por volta de 3,8% a 4%. Portanto, o Fed tem menos espaço para cortar até chegar ao equilíbrio. E isso indica que ele também deve ser mais cauteloso.

Valor: Isso tem a ver com a política fiscal dos EUA?

Rajan: Há uma série de fatores, mas, com certeza, os EUA estão em um déficit fiscal enorme para o que é,

essencialmente, um período de crescimento elevado. Há demandas que pressionam o fiscal e vou citar três delas: os investimentos para fazer a economia "mais verde"; a necessidade de trabalhar com a inteligência artificial e todas as formas de digitalização, o que demanda investimentos em infraestrutura; e a terceira é a preparação para a guerra e a militarização. Ao redor do mundo, mas nos EUA também, isso está consumindo recursos. Esses fatores vão impulsionar gastos, tanto públicos quanto privados, e pressionar as taxas de juros.

Valor: Um mundo endividado e com juros altos é preocupante?

Rajan: O que faz a dívida menos sustentável é o juro real alto com baixo crescimento. Felizmente, algumas razões dos juros reais mais altos vêm de necessidades de investimento mais elevadas, que podem desencadear um crescimento mais forte no futuro. Não vamos voltar à situação de estagnação secular que víamos antes da pandemia. Mas, à medida que o aumento dos juros reais excede as possibilidades de crescimento, temos problemas maiores. Esse é um cenário que precisa ser analisado país a país, mas aqueles com dívidas elevadas podem ficar insustentáveis, como a Itália, que tem níveis elevados de dívida e baixo crescimento. Se eles tiverem que enfrentar níveis muito altos de juros, por um fenômeno global, seria um cenário difícil.

Valor: A sustentabilidade da dívida é um assunto observado de perto no Brasil...

Rajan: Sim. E o Banco Central tem elevado as taxas de juros, em parte, em reação a esses riscos. No longo prazo, alguns dos países emergentes que acumularam muitas dívidas recentemente podem enfrentar dificuldades. Não acho que é um problema imediato para o Brasil ou o México, mas podem virar um problema maior caso o tema não seja tratado com atenção. Os sinais da economia americana mostram que ela segue robusta. Se o Fed precisar manter os juros altos, isso coloca muitos países emergentes alertas. É preciso cuidado.

Valor: A Índia tem atraído grande otimismo entre os mercados emergentes... Como vê o cenário?

Rajan: É preciso separar o crescimento de curto prazo do crescimento potencial de longo prazo. No curto prazo, as coisas estão razoavelmente boas. A Índia cresce razoavelmente rápido, de 6% a 7% ao ano, e pode seguir nessas taxas por algum tempo. Há uma expansão gigante de infraestrutura na Índia, um pouco como na China no início dos anos 2000, e há muito dinamismo e companhias sendo criadas.

Valor: Há desafios?

Rajan: A maior preocupação na Índia, e que certamente tem relação com as preocupações no Brasil, é se todos estão sendo beneficiados deste crescimento. Para isso, todos precisariam de um emprego razoável. Um problema que a Índia tem hoje é um elevado nível de desemprego. Se observarmos a indústria, o crescimento tem sido mais nos setores de capital intensivo, e não nos setores de mão de obra intensiva. E parte do problema é que a mão de obra indiana, por ser barata, nem sempre é bem qualificada.

Valor: Há uma preocupação mais estrutural?

Rajan: A infraestrutura da Índia está melhorando, mas o mundo está se tornando mais protecionista em relação à manufatura. Portanto, seria muito difícil para a Índia ser um gigante da manufatura, como a China, no ambiente em que a Índia está crescendo.

Valor: Frequentemente há iniciativas no Brasil de proteger a indústria local. Esse é um bom caminho para um país avançar?

Rajan: Eu não quero ser um pessimista sobre a manufatura. Há exemplos de sucesso no Brasil, como a Embraer. Eu diria que a manufatura e os serviços estão ficando cada vez mais difíceis de serem separados. Há muitos serviços que estão conectados à manufatura. Há mais propriedade intelectual no design dos produtos e muitas maneiras de distribuí-los. Mas, às vezes, a manufatura é apenas o aspecto de commodity de toda a cadeia de suprimentos. Sim, existem empregos na manufatura, mas grande parte do valor agregado está em coisas como a propriedade intelectual, que não está necessariamente ligada ao "chão de fábrica".

Valor: O sr. acredita que deveria haver incentivos mais equilibrados entre os setores?

Rajan: Com o tipo de população que o Brasil e a Índia têm, é possível que pelo menos uma parte da população se concentre em fazer programas de computador, inovar novos medicamentos e coisas do tipo. Não é que devemos mudar completamente da manufatura para os serviços, mas não devemos incentivar excessivamente a manufatura, pensando que é a única maneira de crescer. Existem caminhos alternativos ao crescimento, mas muitos deles requerem que você faça das pessoas o seu maior ativo. Por meio do investimento em saúde e educação, mais pessoas tenham mais chances.

Valor: O sr. identificou riscos antes da crise de 2008. Quais grandes riscos o sr. monitora atualmente?

Rajan: Obviamente os grandes riscos são aqueles que não conseguimos enxergar. Por exemplo, o que poderia acontecer se as guerras escalarem a um nível ainda mais preocupante? E se uma delas escalar para um conflito nuclear? Os riscos geopolíticos são muito grandes e difíceis de incorporar aos cenários. Sempre que há bastante otimismo nos mercados, como atualmente, qualquer risco pode criar muita turbulência e transformar um mercado financeiro tranquilo em um mercado muito feio.

Valor: Como estamos em termos de regulação nos mercados?

Rajan: Parece que fizemos um trabalho razoável nos grandes bancos. Mas sempre que os grandes bancos não estão assumindo riscos, eles migram para outros lugares do sistema e o que é mais difícil de dizer é para onde esses riscos migraram. Seria uma ilusão os reguladores dizerem que não há mais riscos, que eles já foram endereçados, já que esse sistema está sempre assumindo novos riscos.

Valor: Houve episódios recentes de quebras de bancos nos EUA...

Rajan: Quando o Silicon Valley Bank (SVB) quebrou, vimos que muitos desses bancos estavam assumindo riscos de liquidez. Isso passou despercebido pelos órgãos reguladores. Há um novo documento do Fed que mostra que houve 22 corridas bancárias em andamento na época em que o SVB quebrou. O problema foi resolvido com um resgate maciço. Basicamente, eles garantiram todos os depositantes não segurados do sistema e as corridas pararam, mas foi uma grande falha de supervisão.

Valor: Os riscos nesse lado, então, estão controlados?

Rajan: Quando você pergunta aos reguladores, eles não estão satisfeitos com o quanto fizeram no "shadow banking", o sistema financeiro não bancário. Eles parecem regular o sistema financeiro visível de forma razoável. Mas pense em todos os fundos de pensão, mútuos, mercado monetário, hedge funds, private equity. Quando você vê tudo isso junto, não fica claro apontar onde estão os riscos.

Valor: Em termos econômicos, o sr. está otimista com o futuro?

Rajan: Acho que é fácil ser pessimista. Acredito que uma maneira de ser otimista é olhar para as décadas passadas e perguntarmos se estamos melhores ou piores. Estamos em um momento de tempos ruins sem precedentes? Eu acredito que não. Falando em termos econômicos, certamente temos o desafio da

dívida crescente à frente e temos investimentos muito importantes a fazer. A mudança do clima afeta de maneira desproporcional os países em desenvolvimento, como o Brasil está experimentando. É fácil ser pessimista, mas acredito que, como seres humanos, criamos problemas, mas também inventamos soluções. Sou sempre um otimista em relação à tecnologia.

Valor: Que tipo de tecnologia?

Rajan: Já temos o potencial para tornar os carros realmente elétricos. A China tem a capacidade de produzir muito, o que estamos deixando de lado neste momento. Se quisermos nos tomar elétricos rapidamente, isso ajudará o clima. Há várias soluções como essa. Se pudéssemos nos unir, poderíamos implementar soluções que aliviariam nossos piores problemas. É claro que é um grande "se". Se pudéssemos nos unir no Oriente Médio, não haveria guerra. Não acontece tão facilmente, mas temos que lutar por isso. A tecnologia nos fornecerá os instrumentos. Mas precisamos nos dedicar à política.

"Sempre que há bastante otimismo nos mercados, como hoje, qualquer risco pode criar muita turbulência"  
Raghuram Rajan

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188010?page=1&section=1>

# Crescimento dos gastos com "bets" e apostas expõe complexidade nos hábitos de consumo

**Adriana Mattos De São Paulo**

O crescimento exponencial das "bets" e dos jogos de azar nos gastos dos brasileiros evidencia o aumento da complexidade nas mudanças nos hábitos dos consumidores no país.

Varejistas e empresas de serviços, com poucas exceções, foram surpreendidas em 2023 pelo rápido avanço dos jogos no orçamento das famílias, e tardiamente, trataram de reagir a isso, por meio de busca de dados e negociações junto ao governo para criar limitações em gastos nos jogos.

Dentro desse contexto, a consultoria Kantar, uma das maiores do país nessa área, finalizou em agosto um levantamento sobre a complexidade na dinâmica de consumo no país. Nas últimas semanas, os efeitos da escalada de gastos nos jogos caça-níqueis e nas "bets" entraram nos debates da Kantar com seus clientes.

Números publicados em setembro pelo Banco Central mostram que, neste ano, as "bets" e os jogos atingiram cerca de R\$ 20 bilhões, em média, em gastos ao mês, com 24 milhões de pessoas fazendo suas apostas de janeiro a junho.

Pela rapidez com que esse mercado cresceu, não é algo que poderia ser ignorado pela indústria do consumo por muito tempo. O montante anualizado com jogos e apostas digitais no ano (R\$ 240 bilhões) equivale a 16% do faturamento projetado pelo comércio em 2024 (R\$ 1,4 trilhão). Ainda representa quase a mesma receita das franquias de serviços e alimentação nos últimos 12 meses.

"Ouvimos de grandes marcas dúvidas se as "bets" e os jogos iriam afetá-los mesmo, já que atuavam na classe D e E, com menor renda. E o avanço delas provavelmente já estava afetando-os. Aí nos perguntaram, "será que crio uma bet?". E a questão não é bem essa", diz Hudson Romano, gerente de consumo fora do lar da consultoria Kantar. "A questão é como se inserir nas novas ocasiões de consumo que surgem no mercado".

Na visão de Romano, identificar um movimento e ser ágil no tempo de resposta a ele é crucial quando se discute hábitos do consumidor. "No passado, isso era

menos relevante porque dados e informação chegavam ao mesmo tempo a todas as empresas, que reagiam a isso. Mas hoje isso não é mais assim."

Na prática, a dificuldade de antecipar ou captar momentos de transformação nas preferências dos consumidores não é um desafio recente, mas esse cenário piorou nos últimos tempos, dizem associações e consultorias.

A chamada "concorrência total", teoria que ganhou os estudos do setor no início dos anos 2000, em que empresas de consumo e serviços concorrem todas entre si, parecia distante do foco das análises das consultorias depois da covid-19.

O fato é que, com bilhões injetados na economia por meio dos programas emergenciais, a demanda cresceu, beneficiando a venda de diversos produtos e serviços ao mesmo tempo. Só que esse canal de recursos secou há tempos, a taxa de juros disparou após 2021 e o endividamento do brasileiro segue instável.

Para completar o quadro, encurtou a renda disponível, aquela que sobra no fim do mês, e a **inflação** até parou de acelerar, mas estacionou em patamares elevados em 2024.

Portanto, embora o rendimento da população tenha crescido no ano - alta de 5,8% na renda habitual média de abril a junho, segundo o Ipea-, o ambiente de maior disputa pelo bolso das famílias não cedeu, e ainda entraram novas variáveis nas análises das marcas nos últimos anos, e algumas delas inexistiam no passado recente.

Além do avanço das "bets" sobre o orçamento, os serviços de "streaming" se multiplicaram e houve uma escalada dos gastos com plataformas asiáticas, com preços mais baixos, em todas as classes sociais (como Shein, Shopee, AliExpress).

Entre os gastos obrigatórios, os desembolsos com planos de saúde básicos dispararam nas classes baixa e média, e os reajustes de faculdades privadas voltadas às classes B e C têm ficado acima da **inflação** medida pelo IPCA.

Ainda pesa nesse cenário a quantidade de escolhas

de compra numa quantidade jamais vista, de produtos a serviços. Foi dentro deste contexto que a Kantar elaborou o levantamento sobre a atual dinâmica de consumo no país.

Consultores identificaram o perfil do consumidor "múltiplo", com diferentes momentos de consumo ao mesmo tempo, e relatam formas de atingi-lo de maneira a conseguir entrar, e se manter, na sua rotina diária de compras.

De acordo com os dados levantados, o momento de consumo fora de casa continua sendo o mais forte hoje, em volume e valor vendido, do que o consumo dentro do lar, de produtos adquiridos para refeição ou uso em casa. Isso havia se intensificado após o fim da crise sanitária, pelo forte aumento de circulação de pessoas após 2023.

Os valores gastos em locais como supermercados, atacarejos e farmácias subiram 3,6% de janeiro a junho, e com recuo de 4,6% na frequência. Portanto, as visitas a esses locais caíram, o que reduz o tempo de exposição das marcas ao consumidor, e oportunidades de fechar a venda nessas visitas.

Historicamente, o varejo alimentar cresce um pouco acima do **PIB**, sendo mais estável em sua expansão anual do que outros mercados. Mas também pode existir aí um efeito da percepção de preços elevados neste ano.

É que, quando isso ocorre, os compradores visitam menos as lojas, a frequência cai, mas eles estocam mais alimentos e bebidas para se proteger da **inflação**, dizem consultores ouvidos.

De qualquer forma, o levantamento chama a atenção para pequenas mudanças de preferência de compra nas lojas, onde aumenta chance de chegar mais perto no bolso do comprador.

Por exemplo, pelos dados do painel de consumidores da Kantar, os compradores das classes D e E reduziram, neste ano, gastos em categorias básicas para poder investir em itens de higiene e beleza e mercearia doce (bolachas, chocolates). Isso abre espaço para criar alternativas de venda nessas linhas.

Já nas ocasiões de compra fora de casa, a alta no valor foi de 22,2% de janeiro a junho, com um avanço de 12,8% no volume médio (em unidades) e de 13,2% em frequência de clientes frente ao ano passado.

Na visão dos consultores da Kantar, o momento de consumo na casa de familiares e amigos, que compram juntos no "delivery", tornou-se uma ocasião a ser melhor explorada pelas marcas, tanto na venda em

supermercados quanto para bares e restaurantes".

"Nesse caso, a criação de drinks em casa, com a compra de produtos prontos nos supermercados, virou um momento para ser trabalhado. Tanto que se vê hoje uma opção bem maior de bebidas prontas para tomar. Há duas grandes marcas de bebidas olhando muito essa ocasião de consumo", diz Romano.

Ao mesmo tempo, o executivo lembra que a entrega de comida e bebida pelo delivery, para essas ocasiões de celebração em casa, continua forte, com marcas de bebidas fazendo entregas de forma direta e rápida, inclusive eliminando intermediários. A Ambev tem o serviço do "Zé Delivery", que cresceu 13% de abril a junho, segundo balanço de resultados publicado.

Na visão da Abrasel, a associação de bares e restaurantes, no entanto, apesar da recuperação nas vendas após 2022, o cenário das compras fora de casa ainda é difícil. Neste ano, o indicador Abrasel-Stone, que mede volume de vendas, teve três meses positivos. E ainda houve um aumento forte da concorrência com os jogos on-line.

"O setor ainda sente efeito forte dos gastos em jogos e "bets" e de uma rentabilidade que continua baixa", afirma Paulo Solmucci, presidente da entidade.

"Ouvimos de grandes marcas dúvidas se as bets e os jogos iriam afetá-los mesmo, já que atuavam na classe D e E"

Hudson Romano

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010?page=1&section=1>

# Gestora mede efeito na inflação de dinheiro em circulação

**Alex Ribeiro De São Paulo**

A gestora Adam Capital está usando uma medida do volume de dinheiro em circulação na economia para ajudar a dimensionar os efeitos inflacionário do impulso fiscal feito pelo governo. Sua conclusão é que, dependendo de como evoluir a política fiscal e parafiscal, o aperto de juros necessário pelo Banco Central (BC) para cumprir a meta de **inflação** pode ser bem maior do que a alta de 1,5 ponto percentual prevista pelos economistas no boletim Focus.

Embora os chamados agregados monetários tenham caído em desuso na década de 1990 como instrumento para controlar a **inflação**, os economistas da Adam consideram que eles seguem como uma informação relevante para antecipar a aceleração da **inflação**. Para eles, são úteis para capturar os efeitos ampliados da política fiscal, incluindo as transferências de renda para a população e a política de crédito oficial do governo.

Na sua carta mensal, a gestora coloca o foco no M2, que é a soma do dinheiro em poder do público e os depósitos à vista, a prazo e de poupança, além de letras de crédito emitidas por bancos. A taxa de expansão desse agregado monetário começou a se acelerar nas eleições presidenciais de 2022 e, em agosto, crescia 14% nominais.

É uma taxa muito alta, argumenta a Adam. Se não houver uma mudança de tecnologias ou de comportamento da população que altere a velocidade de circulação do dinheiro na economia, em tese o M2 deveria crescer em linha com o Produto Interno Bruto (**PIB**) e a meta de **inflação**. Se está crescendo muito, seria um prenúncio de uma aceleração da atividade econômica, que já estaria rodando cima da capacidade, e da **inflação**.

"Na pandemia, poucos perceberam que a expansão fiscal e monetária iria afetar a **inflação** mundial da forma que afetou", afirma o sócio e economista-chefe da Adam Capital, Juliano Cecílio. "Mas a forte expansão dos agregados monetários já antecipava essa pressão inflacionária que ocorreu a seguir." As ferramentas de projeção de **inflação** dos bancos centrais, em geral, conseguem capturar apenas uma parte dos impulsos fiscais.

No modelo de pequeno porte do Banco Central, por exemplo, o que entra nos cálculos é a variação do resultado primário estrutural, que afeta o nível de ociosidade da economia.

Mas a política fiscal pode chegar na **inflação** por outros caminhos.

Por exemplo, nas transferências governamentais, o dinheiro costuma ser direcionado para a parcela da população com maior propensão a consumir.

Também é difícil capturar o que está acontecendo na chamada política parafiscal, que inclui o crédito por meio de fundos públicos e bancos estatais.

Tudo isso, no final as contas, acaba afetando o volume de dinheiro em circulação na economia.

Nas contas da Adam, quatro fatores explicam cerca de 80% do comportamento do M2.

O volume de dinheiro em circulação aumenta quando o resultado primário piora, quando aumentam as transferências e o governo expande a política parafiscal.

Quando os juros de dois anos sobem, o dinheiro em circulação na economia diminui.

Há duas alternativas para conter a expansão do dinheiro: ou o BC aumenta os juros, ou o governo coloca o freio nas várias formas de expansão fiscal. A Adam faz algumas simulações de combinações desses dois grupos de alternativa, mostrando quanto o BC teria que subir o juro.

Numa simulação, se as transferências aumentarem 13%, como têm avançado ultimamente, e o déficit fiscal for reduzido em 0,5 ponto percentual do **PIB**, seria preciso uma alta dos juros de prazo de dois anos de 3,3 pontos percentuais para obter uma expansão do M2 de 5,8%, que é a mesma observada entre 2018 e 2019, quando houve uma importante queda da **inflação**. Nessa hipótese, a Adam pressupõe uma política parafiscal neutra.

O aperto nos juros teria que ser de 4,1 pontos percentuais se, com a mesma combinação de política fiscal, o objetivo for mais rigoroso, de desacelerar a

expansão do M2 para 4,5%. Esse percentual corresponde à meta de **inflação** de 3% mais uma variação de 1,5% estimada pela Adam para o **PIB** potencial, ou seja, a capacidade de crescimento não inflacionária da economia.

"Na pandemia, poucos viram que a expansão fiscal e monetária afetaria tanto" Juliano Cecílio

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010>

# Brasil tem vantagem, mas precisa de mais medidas para transição

**Roseli Lopes Para o Valor, de São Paulo**

A transição energética, que visa modificar os sistemas de produção e de consumo de energia direcionando-os para fontes limpas e renováveis em detrimento das fontes fósseis, é uma das prioridades da agenda brasileira na presidência do G20. O Brasil se destaca no cenário global neste tema pelo seu extenso uso de hidrelétricas, devido aos progressos na área de biocombustíveis e a seu grande potencial em energia solar e eólica. São justamente essas condições que qualificam o país a receber investimentos para promover a transição.

Para Patricia Pinho, diretora-adjunta de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e autora do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o Brasil vem se posicionando muito bem nas questões climáticas desde a CPO de Dubai, nos Emirados Árabes. Mas vale ressaltar, diz ela, que muitas das projeções feitas em relação à condição brasileira de atratividade e competitividade foram construídas sem considerar os agravantes climáticos que estão chegando de forma rápida.

"Esse é um desafio que está posto para o Brasil perante o G20 e o país ainda patina na agenda de alavancagem de adaptação, uma vez que os desastres ambientais de grande magnitude na esfera do clima já atingem praticamente todos os Estados e municípios brasileiros", diz Pinho ao citar a seca de maior extensão e intensidade dos últimos 70 anos que atingiu quase 60% do território brasileiro e os quase 165 mil focos de incêndios florestais só em 2024.

Apesar desta avaliação, a diretora do Ipam diz não acreditar que essa condição climática negativa afete a atração de investimentos externos. "Temos um Produto Interno Bruto (**PIB**) muito associado à geração de commodities e depois, diante de um clima alterado, os setores terão de se adaptar. O energético é um dos principais onde teremos de ter a transição energética. Neste caso, o Brasil é um país privilegiado por ter uma matriz limpa e renovável", afirma.

Além de políticas públicas alinhadas às metas de descarbonização, os municípios brasileiros vão precisar desenvolver com urgência planos de adaptação.

"O problema é que falta capacidade técnica e financeira para conseguir elaborar esses planos", diz Pinho.

Para Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), é preciso ter um olhar atento para a questão, mas também avaliar se 2024 foi um ano atípico para eventos extremos ou se já se trata de uma tendência decorrente do aquecimento global. "O fortalecimento já está sendo feito nesse sentido com o Ministério do Meio Ambiente reforçando as equipes do Ibama", diz.

Rollemberg observa que o Brasil teve avanços. Como exemplo, cita a aprovação do Projeto Mover, que cria incentivos para a descarbonização da indústria automotiva, a regulamentação do hidrogênio de baixo carbono como opção na produção de energia e o combustível do futuro.

A estratégia de baixo carbono da Confederação Nacional da Indústria (CNI) já está desenhada, segundo Davi Bomtempo, superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Por meio do Business 20 (B20), que conecta a comunidade empresarial aos governos do G20, o setor industrial entregou ao presidente Lula um documento com cinco pilares estratégicos, propondo soluções para temas relevantes, entre eles o da transição energética.

"Um item que merece atenção dentro da transição energética é como fortalecer nossa política nacional de biocombustíveis e é uma agenda para a qual o Brasil já está pronto", diz Bomtempo.

Para Rosana Santos, diretora executiva do Instituto E+ Transição energética, neste ponto, o país está "uns 20 anos à frente da do resto do mundo" porque investiu em hidrelétricas e criou o Proálcool, o que o coloca em uma posição mais competitiva, mas não pode se acomodar.

"O Brasil precisa manter os investimentos nas matrizes limpas. O setor elétrico brasileiro é um ativo que tem de ser preservado porque onde a gente está hoje em termos de vantagem competitiva não significa que é onde estaremos no futuro, caso se amplie o uso de fontes menos limpas com a justificativa de garantir a segurança energética", acrescenta a diretora do

instituto, um think tank brasileiro independente que atua como influenciador de políticas públicas para transição energética.

"O país ainda patina na agenda de alavancagem de adaptação" Patricia Pinho

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188010>

# CNI aumenta projeção de crescimento do País

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) aumentou a projeção do Produto Interno Bruto (**PIB**) do País. O Informe Conjuntural do 3º Trimestre da entidade, divulgado ontem, estima crescimento da economia de 3,4% em 2024, aumento de um ponto percentual em relação ao levantamento anterior, que previa alta de 2,4%.

"A CNI aumentou a previsão do **PIB** de 2024, principalmente, por causa do desempenho da economia no primeiro semestre, que foi muito positivo, acima das nossas expectativas", explica o superintendente de economia da CNI, Mário Sérgio Telles.

Além disso, ele acrescenta que os fatores que têm contribuído para o crescimento não devem desaparecer até o fim do ano e o segundo semestre vai ter como base de comparação o período mais fraco da atividade em 2023.

Entre as razões para o desempenho da economia, sobretudo para sustentar a demanda e o investimento, estão o aumento do consumo das famílias, consequência de um mercado de trabalho aquecido; a alta da massa salarial e a maior oferta de crédito; além dos gastos do governo. Apesar de prever menor intensidade, a confederação acredita que esses fatores seguirão impulsionando a atividade na segunda metade de 2024.

Hoje em 6,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego deve continuar no mesmo patamar até o fim do ano, aponta o informe da CNI. Já a massa de rendimentos tende a crescer 7,4%.

Todos os segmentos industriais devem crescer - Para o **PIB** da indústria, a CNI reviu a projeção de alta de 2,3% para 3,2%. De acordo com o informe, a indústria de transformação deve avançar 2,8% em 2024, recuperando-se da queda de 1,3% no ano passado. A melhoria do segmento este ano se deve, sobretudo, à maior demanda por bens industriais.

A indústria da construção, por sua vez, deve crescer 3,7%, acima do **PIB**. A maior demanda e os lançamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida ajudam a explicar a projeção positiva para o segmento, segundo a CNI.

O **PIB** da indústria extrativa deve crescer 3,1%, enquanto o segmento de eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos deve subir 3%.

A exemplo do que ocorreu no primeiro semestre, a atividade do setor de serviços tende a se manter elevada no segundo semestre. Deve registrar o maior crescimento entre os setores econômicos em 2024: alta de 3,5%, de acordo com a CNI.

No caso do **PIB** da agropecuária, a CNI projeta queda de 3% em 2024 na comparação com o ano passado. Embora a produção animal tenha se expandido fortemente no primeiro semestre de 2024, o crescimento não compensa o impacto da queda da produção vegetal, afetada pelas adversidades climáticas relacionadas ao El Niño, após um 2023 de desempenho muito positivo.

"A CNI aumentou a previsão do **PIB** de 2024, principalmente, por causa do desempenho da economia no primeiro semestre, que foi muito positivo, acima das nossas expectativas" Mário Sérgio Telles

-

Efeitos da Selic devem ser percebidos em 2025

Impacto do aumento da taxa básica de juros da economia (Selic) sobre o crédito deve ser mais sentido em 2025, segundo o superintendente de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles.

"O crédito é um fator muito importante de crescimento esse ano. Infelizmente, teve início um novo ciclo de aumento da Selic, mas como esse aumento começou recentemente, não deve ser sentido totalmente em 2024", analisa.

De acordo com ele, a elevação da Selic deve impactar negativamente o crédito, o consumo e o crescimento econômico em 2025. "É o ponto de maior preocupação da CNI com relação ao cenário econômico", observa.

De acordo com as projeções da CNI, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central fará mais dois aumentos de 0,25 ponto percentual na taxa

básica de juros da economia. Hoje em 10,75% ao ano, a Selic deve fechar o ano em 11,25%.

Em alta - Mesmo em um contexto de política monetária mais restritiva, a CNI espera crescimento de 7,3% nas concessões totais de crédito este ano. Já os investimentos devem subir 5%, segundo a entidade.

O maior volume de investimentos no segmento da construção e na compra de bens de capital, como máquinas e equipamentos, é uma sinalização positiva para o futuro da economia, diz Telles. "É um sinal de que a capacidade de produção da economia brasileira está aumentando e isso pode sustentar um ritmo de crescimento em torno de 3% nos próximos anos", projeta.

**Site:**

**<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edic-ao-de-11-10-2024/>**

# Companhias intensificam recompra de ações no Brasil

(Stéfanie Rigamonti/Folhapress)

Boa parte dos analistas espera que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro vá terminar o ano em cerca de 3%, mais uma vez superando as estimativas iniciais do mercado. A atividade econômica mais forte pode ser aferida na posição de caixa das companhias.

Segundo a diretora de análise de empresas do Santander, Aline Cardoso, apesar das preocupações com as contas públicas, que podem trazer problemas para o futuro, neste momento as empresas estão conseguindo elevar a lucratividade e diminuir suas dívidas graças ao crescimento da economia do País e ao mercado de trabalho aquecido.

"As empresas estão saudáveis. A principal causa para isso é que o **PIB** está crescendo 3%, o desemprego está muito baixo, as vendas das empresas estão bem e as margens estão saudáveis. Elas passaram por um período de aumento de dívida durante a pandemia, mas vieram, de lá para cá, desalavancando (diminuindo o endividamento de) seus balanços", diz a analista.

Um indicativo de que a geração de caixa das companhias do País está forte é o aumento da recompra de suas ações. "A empresa gera caixa, com aquele capital ela pode investir mais, ela pode distribuir para os acionistas ou ela pode recomprar suas ações", afirma Cardoso.

Em todo o ano passado, do total das companhias com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 36 haviam realizado recompra de ações. Neste ano, 66 companhias já recompraram seus próprios papéis até 1º de outubro, uma elevação de 83%. Segundo Cardoso, o patamar atual de recompra de ações é o maior dos últimos cinco anos.

Tesouraria - Entre as companhias que fazem parte do Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira, também foi observado aumento de recompra de ações nos últimos trimestres. Segundo levantamento da Elos Ayta Consultoria, das 83 companhias que faziam parte do Ibovespa até junho deste ano, 30 empresas aumentaram, no período de nove meses (de setembro de 2023 a junho de 2024), a quantidade de ações em tesouraria em relação ao total emitido no mercado.

Outras 29 empresas não mudaram a situação de ações em tesouraria nesse período, enquanto 24 companhias diminuíram a quantidade de ações em tesouraria em relação ao que tinham antes.

Mas mesmo dentro das que diminuíram a quantidade de ações em tesouraria, algumas fizeram recompra de ações, como é o caso da Vibra Energia.

Segundo o CEO da Elos Ayta, Einar Rivero, o que explica a diminuição das ações em tesouraria nos casos como o da Vibra é que, após a recompra, a empresa decidiu cancelar esses papéis. Ele diz que essa manobra ajuda a valorizar os acionistas da companhia, já que concentra o montante de ações nas mãos dos detentores dessas ações, aumentando o preço do papel.

Em fato relevante divulgado ao mercado em julho deste ano, a Vibra disse que a "decisão da administração pela abertura de novo programa (de recompra de ações) baseia-se na percepção acerca do potencial de criação de valor da companhia".

Segundo Aline Cardoso, do Santander, além da atividade econômica mais forte, o que tem levado as empresas a recomprarem suas ações é a sensação de que esses papéis estão baratos.

"Geralmente a empresa recompra as ações quando acha que o valuation (avaliação do ativo) não está refletindo o valor justo da empresa", diz. "As ações estão realmente muito baratas quando a gente olha para o índice de preço-lucro do Ibovespa hoje. O valor está em oito vezes contra uma média histórica de 11 vezes nos últimos dez anos. Então, de fato, as empresas estão com um valuation muito atraente", completa.

No fim do mês passado, a JBS também anunciou um programa de recompra de ações. Em fato relevante anexado na CVM, a companhia do setor de carnes disse que o plano de recompra tinha "por objetivo maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da sua estrutura de capital".

O programa de recompra das ações aconteceu após a companhia anunciar, no fim de abril, a emissão de R\$

1,8 bilhão de certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Segundo Cardoso, outro fator que tem levado a um aumento da recompra de ações é justamente a taxa de retorno interno das empresas. Enquanto essas companhias estão captando recursos no mercado via emissão de dívidas de forma barata, muitas vezes abaixo de títulos do Tesouro indexados à **inflação**, a 6% ou 6,5%, elas recompram suas ações gerando um valor muito superior, a cerca de 13%.

"Eu acho que isso explica muito dessa aceleração de recompra de ações neste ano. As empresas estão captando dívida para recomprar suas ações", explica.

A analista alerta, porém, que com o novo ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic, esse movimento de caixa das empresas pode arrefecer, dependendo do setor onde elas estão. Ainda que muitos analistas esperem um ciclo curto de elevação dos juros, isso pode ter um certo reflexo nas companhias do País.

"Para algumas empresas que têm uma alavancagem maior, elas vão gerar menos caixa daqui para frente. A despesa financeira vai subir, vai ter menos fluxo de caixa livre, ou seja, vai sobrar menos dinheiro. Então, pode ser que a gente veja, na margem, uma redução desse apetite, porque o caixa pode ser usado agora daqui para frente para pagar uma maior despesa financeira", afirma.

"As empresas estão saudáveis. Elas passaram por um período de aumento de dívida durante a pandemia, mas vieram, de lá para cá, desalavancando seus balanços" Aline Cardoso

**Site:**

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-11-10-2024/>

# Galípolo busca se desvincular do governo do presidente Lula

*(Nathalia Garcia e Thaísa Oliveira/Folhapress)*

Pouco mais de um ano depois de sua primeira sabatina no Senado Federal, Gabriel Galípolo tentou se descolar do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no escrutínio para presidência do Banco Central (BC) e reduzir a desconfiança sobre riscos de interferência política.

Dessa vez, "vestiu a camisa" de banqueiro central e defendeu perseguir a meta de **inflação** de maneira "inequívoca", com juros mais altos, se preciso.

Apesar do ajuste no tom do discurso, o futuro presidente do BC recorreu a uma expressão que já tinha usado em 2023 ao dizer que a autonomia da autoridade monetária, assim como a condução da economia, está calcada no "poder democraticamente eleito".

Em quase quatro horas de sabatina, respondeu a questionamentos sobre juros, **inflação**, autonomia e até sobre bets. No ano passado, dividiu os holofotes com outro candidato, Ailton Aquino, e sua participação se resumiu a menos de 30 minutos. Nas duas ocasiões, tentou quebrar o gelo com citações de escritores e filósofos e manteve o tom otimista.

O risco de ingerência do presidente Lula sobre o BC a partir de 2025 foi o fio condutor da segunda sabatina enfrentada por Galípolo. Ele tentou afastar a desconfiança e demarcar seu posicionamento ainda no discurso inicial, quando afirmou que Lula deu a ele liberdade na tomada de decisões.

Reforçou também que sempre teve independência desde que assumiu a Diretoria de Política Monetária: "Em um ano e meio, eu já subi, cortei e mantive (os juros). Seria muito leviano da minha parte dizer que o presidente Lula fez qualquer tipo de pressão em cima de mim sobre qualquer tipo de decisão", ressaltou.

Autonomia - Ao falar sobre a autonomia do BC, contudo, repetiu a retórica adotada em 2023 de que ela está calcada no poder democraticamente eleito, recorrendo inclusive à mesma expressão. "De maneira nenhuma, a ideia de autonomia deve passar uma ideia de que o Banco Central vai se insular e virar as costas ao poder democraticamente eleito", afirmou neste ano.

Dessa vez, o economista foi questionado sobre a autonomia financeira do BC, diante da proposta de emenda à Constituição em discussão no Senado. Galípolo não se posicionou sobre a PEC e limitou-se a dizer que o debate ia além da remuneração dos servidores.

Na sabatina de 2023, Galípolo não se esquivou do cargo que ocupava naquele momento, de número dois do Ministério da Fazenda, e defendeu ações do governo federal. "As medidas até aqui implementadas produziram no primeiro semestre a apreciação da nossa moeda; previsões de um déficit primário menor; a aprovação de um conceito de uma nova regra fiscal; projeções de crescimento mais elevado; menor **inflação**; e o mercado já projeta taxas de juros mais baixas e cortes na taxa de juros futura", disse na época.

Já no debate que antecedeu sua aprovação à presidência, ele não opinou sobre a política fiscal do governo Lula e analisou a questão sob a ótica do BC. Nas comunicações oficiais, a autoridade monetária se atém aos efeitos do fiscal sobre o canal das expectativas de **inflação**, estratégia que foi usada por Galípolo na última terça-feira.

Na segunda sabatina, Galípolo foi muito além do diagnóstico histórico sobre **inflação** apresentado na primeira ocasião e reforçou o compromisso do BC com a meta de 3%. "Nós vamos estar sempre sujeitos a momentos mais desafiadores, mas a atuação do Banco Central tem sido inequívoca na perseguição da meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional", disse em sua fala inicial.

Segundo ele, a autoridade monetária não tem liberdade para ter uma "concessão elástica" do alvo a ser perseguido e as bandas (superior e inferior) funcionam para absorver choques eventuais, não para reduzir o esforço da política de juros.

Traçou um panorama das variáveis que têm afetado a trajetória da **inflação** corrente mercado de trabalho aquecido, volatilidade do câmbio e expectativas deterioradas, por exemplo - e projetou um processo de desinflação "mais lento e mais custoso". "Como ao Banco Central não cabe correr risco, a função dele é ser mais conservador para garantir que a taxa de juros esteja no patamar necessário para se atingir a meta

que foi definida", disse.

Ao falar em conservadorismo e defender maior prudência na atuação do BC, ele se colocou na contramão do pleito do governo pela redução de juros. No mesmo dia da sabatina, Lula afirmou que o Brasil ainda tem a maior taxa do mundo e que a Selic "haverá de ceder".

Galípulo inicia o processo de transição de comando do BC em um cenário de juros em dois dígitos e defende a Selic em patamar restritivo "pelo tempo necessário". Em setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de 10,5% para 10,75% ao ano, e iniciou novo ciclo de alta.

"Como ao Banco Central não cabe correr risco, a função dele é ser mais conservador para garantir que a taxa de juros esteja no patamar necessário para se atingir a meta"

**Site:**

**<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edic-ao-de-11-10-2024/>**